FGV CPDOC

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CUNHA , Luiz Antônio Constant Rodrigues da . Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 33min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha
(depoimento, 2012)

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Celso Castro; Helena Maria Bousquet Bomeny;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Ítalo Rocha Viana; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 20/03/2012 a 03/05/2012

Duração: 2h 33min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida", com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Temas: Ação Popular (1962); Atividade acadêmica; Brasil; Ciências Sociais; Conselho Nacional de Educação; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Diretórios acadêmicos; Ditadura; Educação; Estatística; Família; Física; Florestan Fernandes; Fundação Getulio Vargas; Igrejas evangélicas; Juventude; Migração; Obras de referência; Participação política; Partido Comunista do Brasil - PCdoB; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Política educacional; Pontifícia Universidade Católica; Pós - graduação; Regime militar; Religião; São Paulo; Sociologia; União Nacional dos Estudantes; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense;

Sumário

1º Entrevista: 20.03.2012: Origens familiares; origem aristocrática da família paterna; a migração de sua família para São Paulo; contatos com a política na juventude; origens de sua mãe; escolaridade de seus pais; o gosto pela disciplina Física; o encanto com o livro "O Homem: Uma Introdução à Antropologia", de Ralph Linton; o contato com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP); a escolha por cursar Ciências Sociais; a entrada na FESPSP; professores importantes na FESPSP; a importância dos professores José Pastore e Geraldo Semenzato; orientação política; disputas políticas dentro da universidade; a prisão de Florestan Fernandes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo; a transferência para a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); o corpo discente da PUC-RJ em sua época; o contato com o historiador Odylon Nogueira de Matos; professores importantes na PUC-RJ; o contato com o campo de estatística; o encaminhamento para a vida profissional; o ambiente político na PUC-RJ durante o regime militar; a tentativa de reestabelecer a União Nacional dos Estudantes (UNE); a questão dos centros acadêmicos nas universidades; o esvaziamento de representação política nos centros acadêmicos; a seleção para o mestrado na Escola Latino Americana de Sociologia; a carreira em Pesquisa Social; a execução da pesquisa social de campo sobre a Cruzada da Ação Básica Cristã (ABC); o convite para lecionar Métodos e Técnicas de Pesquisa na PUC-RJ em 1969; a atuação na Ação Popular (AP); a saída da AP; a fusão da AP com o Partido Comunista do Brasil (PcdoB); o seu casamento; o mestrado em Planejamento Educacional pela PUC-RJ (1972); a departamentalização das universidades de humanas; a vontade de lecionar o curso de Sociologia da Educação; a tese de mestrado sobre a profissionalização universal e compulsória do ensino no segundo grau; a orientação de Cláudio de Moura Castro; a banca de avaliação do mestrado; o contato com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) pelo Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos (CETRHU); a entrada no Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE); o doutoramento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); a ida para a Universidade de Campinas (UNICAMP) para fazer parte do corpo docente; a volta ao Rio de Janeiro para lecionar Sociologia da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF); a continuidade em Pesquisa Social; a interação entre consultoria e atividade acadêmica; a coordenação do Laboratório de Estudos das Universidades (LEU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a criação do Observatório da Laicidade do Estado (OLE) na UFRJ; a questão da laicidade do Estado e a educação; relações entre política, educação e laicidade do Estado; o tema do impacto das igrejas evangélicas na

laicidade do Estado em seus estudos; as disputas no campo religioso; a atuação no Conselho Nacional de Educação; a orientação de teses e dissertações; a concentração de suas orientações no tema de Socialização Político-Ideológica; a importância dos livros "Educação e Desenvolvimento no Brasil", de João Roberto Moreira e "Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil", de Octavio Ianni; a tese de doutorado de Luiz Pereira e o livro "O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira", de Marialice Foracchi.

2º entrevista: 03.05.2012 A demanda de países estrangeiros por cientistas sociais brasileiros recém- formados em sua época; o pós-doutorado na França; a escolha pela França para a realização do pós-doutorado; a ocupação da cátedra Sérgio Buarque de Holanda da École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) da I'Université Paris-Sorbonne; a experiência em Guiné-Bissau, através da Universidade Cândido Mendes; a missão de formar professores na Guiné-Bissau; o tema da política educacional na Guiné-Bissau; o método Paulo Freire na educação: contradições em sua prática em Guiné-Bissau; a importância da sua experiência na Guiné-Bissau; os contatos importantes realizados na Guiné-Bissau; a necessidade de aproximação acadêmica dos países de língua portuguesa; contatos com intelectuais portugueses; o Observatório da Laicidade do Estado (OLE) e os países de língua portuguesa; referências fundamentais durante sua trajetória; a importância do anexo do livro "Educação e Desenvolvimento no Brasil", de João Roberto Moreira.

1º entrevista: 20/03/2012

H.B. – Luiz Antonio, muito obrigada. Esse é um projeto que a gente faz com histórias de vida de cientistas sociais. Então, a nossa primeira provocação é, exatamente, de início mesmo. A gente queria te ouvir um pouco sobre a sua família, de onde você vem, como era a sua socialização primeira e, depois, começamos com as escolas.

L.C. – Certo. É uma origem familiar muito interessante, porque, embora eu não tenha refletido muito a respeito disso, eu nasci no triângulo dito mineiro. Uma região que é o atual estado de Minas Gerais sob uma fortíssima influência paulista. A Estrada de Ferro Mogiana saindo de São Paulo, Campinas. Ela cruzava a região da expansão da cafeicultura de Ribeirão Preto, Franca, por ali, entrava no Triângulo Mineiro e terminava na cidade de Araguari. Eu nasci lá. Não porque a estrada de ferro terminava, e também não porque ali começava uma outra estrada de ferro que ia até Goiás, mas era um importante o entroncamento ferroviário com oficinas; e então uma incipiente, mas presente e incomum naquela região, base operária. Pois bem, a minha família não era de origem operária, muito ao contrário, era uma aristocracia agrária subsidiária. Eram os Rodrigues da Cunha. Esse Cunha do meu nome é Rodrigues da Cunha, que foi abreviado. E essa família, então, era uma família de criadores de gado zebu, e principalmente para a reprodução. Não eram criadores de gado extensivamente para abate, mas para reprodução. Era uma coisa, assim, bastante cultivada e qualificada naquele seguimento. Mas, de todo o modo, uma oligarquia periférica. Tanto em relação ao estado de Minas Gerais, onde pagavam os impostos, quanto ao estado de São Paulo aonde recorriam para expansão cultural.

H.B. – Ah, era aquela fronteira...

L.C. – Era interessante. Era uma espécie de sintonia econômico-cultural e política. Embora a sintonia política fosse importante. Quando o meu pai migrou dessa oligarquia e dessa região, para onde ele foi? Para São Paulo. Era o lugar natural para a migração. Não era para Belo Horizonte. Lá, era a filiação política necessária por causa dos sítios eleitorais. É lá que se pagavam os impostos. Mas onde se ia para passear? Aonde se ia para estudar? Era São Paulo. Então, meu pai migrou para São Paulo. Bom, a ligação da família, em São Paulo, com a família de origem continuou constante. Eu passava férias com frequência, era o lugar da liberdade, não é? A fazenda do avô, eu encontrava um monte de primos. Famílias muito férteis.

H.B.- Era uma família muito grande, Luiz Antonio?

L.C. – Grande. O meu avô teve treze filhos vivos. Muitos morreram, não é?

H.B. – Todos moravam nessa cidade, não?

L.C. – Sim. Depois migraram, não é? Depois, foram ser fazendeiros em outros lugares. O meu pai foi o exemplo do que não foi ser fazendeiro. Ele fracassou como filho de um pecuarista, de um... Não sei se seria classificado como latifundiário, mas, enfim, ele fracassou. Era um profissional liberal, um dentista, e migrou para o Rio de Janeiro. O interessante é que essa volta era recorrente. Isso aconteceu comigo, talvez, até uns treze ou catorze anos de idade. Ou, talvez, antes disso. Eu já não me lembro bem. Depois, eu rompi esses laços. Mas um fato interessante dessa ligação política é que, quando o meu avô e minha avó paternos fizeram bodas de ouro, eu fui o escolhido para declamar uma poesia que foi comprada a um poeta de São Paulo. Encomendaram a ele uma poesia para aquele evento. E como eu era o neto que morava em São Paulo – uma cidade grande, importante – eu fui encarregado de decorar aquela poesia para minha tristeza. Não só diante daquele público imenso. Como essa coisa de decorar poesia, eu não era exatamente chegado a essa atividade artística.

H.B. – Mas você fez?

L.C. – Eu fiz. Não só fiz como recebi um grande abraço – e essa foi a minha primeira atividade política – do convidado principal, que era o Juscelino Kubitschek. Eu creio que, nessa época, ele era governador de Minas Gerais – talvez precisasse fazer as contas para ter uma certeza. Era um chefe político importante. O meu avô era o chefe político local do PSD. E num evento desses, Juscelino Kubitschek não iria deixar de comparecer. Então, foi o início da minha carreira política. Eu não tive consciência, nessa época, que seria num evento pessedista. Mas o PSD daquela época, não é? Diferente do PSD do momento em que essa entrevista está sendo realizada.

H.B. – Eles vão mudando, não é?

L.C. – Pois bem, então esse o lado paterno. O lado materno foi uma *mistureba* de migrantes italianos com caboclos daquela região, etc. Minha mãe, uma professora primária. Trabalhava em um grupo escolar. Era, na realidade, auxiliar de professora de grupo escolar porque, naquela época, havia um curso normal que corresponderia, talvez, ao ginásio daquela época, sabe? O primeiro ciclo do ensino médio daquela época. Não é o segundo ciclo, que era propriamente... Estou usando a nomenclatura já do período posterior de Capanema só para dar uma ideia da arquitetura educacional. Então era uma, talvez, auxiliar de ensino primário de grupo escolar. Trabalhou alguns anos e, depois do casamento, já não trabalhou fora de casa. Ficou cuidando especialmente daquela clientela escolar dentro de casa.

H.B. – Quer dizer, ela teve a escolaridade fundamental toda feita. O que não era muito comum, também, para essa...

L.C. – A fundamental pela nomenclatura de hoje, você diria.

H.B. – É, mas foi mais porque o curso normal é depois do ginásio.

L.C. – Ela teve oito anos de escolaridade – podemos deixar isso, talvez, mais claro – o que era uma coisa muito rara para as mulheres; e, naquele local, raríssimo. Em boca de sertão. Só para fazer um pequeno retrospecto, sob o qual eu não vou falar muito. Eu também não tenho matéria para isso. O meu pai, na fazenda do meu avô, teve como professor um professor contratado.

H.B. – Um preceptor.

L.C. – Um preceptor. Um mulato que ensinava as principais matérias, inclusive instrumentos musicais. Não chegava a ser uma Ina von Bizer, mas era sim uma figura interessante que era contratado para ensinar a tropa que meu avô criava em casa, mas, também, de vizinhos que acorriam até a fazenda. Gente de perto, não era longe. Então, toda a educação primária do meu pai foi nessa base.

C.C. – Em que ano você nasceu Luiz Antonio?

L.C. – 1943. O mesmo ano em que o nazismo sofre a primeira derrota em Stalingrado e em que o grande conselho fascista demitiu Mussolini, imediatamente após o desembarque dos aliados na Sicília. Mas eu não tive nenhuma interferência nesse evento. [risos]

H.B. – Luiz Antonio, quantos irmãos são?

L.C. – Três. Nós éramos quatro.

H.B. – Quatro com você?

L.C. – Quatro comigo.

H.B. – E com que idade você foi definitivamente para São Paulo? A família foi?

L.C. – Seis anos. Eu entrei na escola primária já em São Paulo.

L.C. – Um fato interessante, imediatamente antes da faculdade, mas eu acho que diz muito com ela, Helena, é o seguinte: eu gostava muito era de física. O destino, o meu destino, era estudar Engenharia; e a minha primeira rebeldia, em termos de estudo e de trajetória profissional, foi uma rebeldia numa faixa muito estreita, foi sair da Engenharia para Física. Eu cursei, durante um ano, um cursinho privado que, talvez, seja um caso único – eu não conheço nada similar – pelo seguinte: naquela época, eu estou falando de 1963 ou 1962, escola de medicina da faculdade de medicina da USP exigia prova prática de física. Além da prova teórica. Discursiva, e nada de múltipla escolha. Isso foi uma invenção posterior.? Além da resolução dos problemas de física, tinha a prova prática de laboratório. O candidato a médico, à estudante de medicina, sorteava um ponto que era uma experiência a ser realizada com os equipamentos ali apresentados: de mecânica, óptica ou eletricidade... E tinha que desenvolver a pesquisa. Veja: o vestibular para física da USP, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, não exigia isso, era só teórica. Mas a medicina sim, porque essa era uma época em que não havia um vestibular unificado dentro da universidade. Cada faculdade desenvolvia o seu processo seletivo mais ou menos da mesma maneira, e havia um consenso que tinha que ser feito no início do ano. Apenas isso. Nem norma interna sobre isso as universidades conseguiam ter, tamanha era a distinção estrutural, de orientação e curricular de suas unidades. Eu achava aquilo uma

maravilha. O que eu gostava era de física experimental. Eu vivia nesse laboratório, pagava lá uma mensalidade e vivia no laboratório fazendo experiências. E tudo mudou num dia de grande cansaço do estudo de Matemática que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP exigia em grande quantidade no vestibular para Física, e era o que eu não gostava. Eu achava aquilo sem importância, sem apelo. Eu queria era laboratório de Física; principalmente, eletricidade que eu mais gostava, mas tinha que estudar muita matemática. Eu, cansado daquilo, um dia peguei um livro de uma colega de Araguari que morava conosco em São Paulo e estudava Geografia numa faculdade que, na época, era para moças – Sedes Sapientiae –, uma faculdade que, depois, veio ser integrada à PUC de São Paulo. Peguei um livro e fui ler – isso, com certeza, era em 1963, segundo semestre, Helena, de 1963. Você está localizando o contexto político extremamente conturbado no Brasil inteiro. Golpe; ameaça de golpe; revolução socialista; e greves. Enfim, peguei um livro e comecei a ler. Um livro grosso – talvez 500 ou 600 páginas – e aquele livro me encantou. Eu disse: "Mas se estuda isso? É isso que eu quero." O livro se chamava *O homem – uma introdução à antropologia*, do Ralph Linton.

H.B. – Do Ralph Linton. Eu tenho.

L.C. – Eu li aquilo e vi, na apresentação, "traduzido por Donald Pierson, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo." Eu disse: "Isso existe? Escola de Sociologia e Política? É isso que eu quero." Procurei no catálogo e descobri o telefone. "Alô! Isso é uma faculdade? É uma escola? Tem vestibular? O que é? Ah, sociólogo? Mas o que faz um sociólogo?" A moça não soube me responder, obviamente, não é? [risos] Imagina, que pergunta estranha que eu fui fazer. Totalmente inadequada. Ela me deu lá uma resposta: "O senhor passa aqui, pega aí os pontos, vê quanto é e tal. Vê quanto paga." O que era a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, naquela época? Era uma instituição privada, com certeza, mantida por uma fundação e tinha o status de instituto complementar da universidade de São Paulo. Então, era uma instituição privada, privadamente mantida, cobrava mensalidade, recebia doações, tinha aplicações, etc. Mas tinha esse status distinto. Eu não conheço mais nenhuma outra instituição com essa característica.

H.B. – Isso eu não sabia, essa ligação com a USP. Eu não sabia isso.

L.C. – Lá fui eu fazer, estudar aquelas coisas. História; tinha prova de português; tinha... Não sei mais o que tinha. Enfim, História do Brasil e História geral, isso era o forte. Eu não sabia nada daquela matéria, e não sabia o que era importante e o que era secundário. As pessoas me indicavam: "Ah, leia tal coisa e leia tal coisa." Eu não vou entrar nos detalhes do vestibular, que é fantástico, mas o fato é que eu não passei na USP – com toda razão –, eu não tinha qualificação para isso e era muito disputado, Ciências Sociais da USP era muito disputada, e consegui ser aprovado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. E foi muito interessante porque o meu ingresso se deu nos primeiros dias de março, duas semanas antes do golpe. Do golpe de 1964. E uma coisa interessante, talvez até de efeito preditivo, é que fomos contatados, os calouros, por uma simpática nissei chamada [Mari Shibayashi], eu acho – talvez algumas sílabas erradas, Shibayash ou Shirabayashi – que nos convocava para ajudar no levantamento do universo vocabular de uma determinada região proletária da periferia de São Paulo para servir de base à alfabetização/conscientização pelo método Paulo Freire. Não chegou a acontecer porque o golpe veio e levou tudo isso para lá, como na Roda Viva. Mas esse foi o primeiro momento de uma, talvez, cooptação política de um jovem totalmente perdido naquela circunstância. Eu não era uma cara de esquerda, mas também não era um cara de direita. Eu tinha, apenas, uma intuição de que era aquilo que eu queria estudar. Não mais do que isso porque eu tinha estudado... Eu tinha feito o científico, que se opunha ao clássico.

H.B. – É, isso que eu ia perguntar. Você vem do científico.

L.C. – Eu gostava era de Física, física experimental, especialmente de eletricidade. Mas aquele contexto conturbado, político-ideológico, atuou de alguma maneira sobre mim a ponto de que a leitura daquele livro me levou a procurar uma outra situação. Foi assim.

H.B. – Você se lembra de que professores existiam? Quanto do Ralph Linton você encontrou lá?

L.C. – Lembro. Do Ralph Linton, eu não encontrei nada.

H.B. – Pois é, que foi o que te levou.

L.C. – Totalmente. Mas nada. Praticamente, eu só fiquei um ano lá. Eu não sei se, depois, eu encontraria alguma coisa.

H.B. – Não, eu acho que não.

L.C. – Porque eu tive dois professores importantes, no primeiro ano, que foram o José Pastore, que ensinou o funcionalismo de [INAUDÍVEL], isso no primeiro semestre. Depois, ele foi para os Estados Unidos fazer doutorado. E Geraldo Semenzato, no segundo semestre, que era exatamente o contrário de José Pastore, que era um cartesiano, na exposição das categorias do funcionalismo; dos processos de cooperação, competição, conflito e integração; aquela coisa toda. E Geraldo Semenzato era um caos de pensamento, mas uma pessoa que conseguia mobilizar-nos para a busca de significados na realidade externa. "Saiam da sala de aula. Primeiro, não leiam livros, leiam as revistas. Os últimos artigos das revistas, isso que é o importante. E mais: vão procurar o que as pessoas pensam a respeito de o que é sociedade. Vão entrevistar. Cada um entrevista dez pessoas diferentes e procurem o que é sociedade. Procurem o que é, sei lá, partido político. Procurem o que eles pensam sobre isso." Então, foram duas pessoas muito importantes. E a cooptação política, não é? É uma coisa... Eu era um jovem em total disponibilidade. E a minha orientação política, que vai ter muito importância depois, quando eu me mudei para o Rio de Janeiro, foi determinado pelas meninas do *Des Oiseaux* de São Paulo, que eram muito bonitas, talvez uma meia dúzia. Lindas, as meninas.

H.B. – É?

L.C. – E que sabiam alguma coisa de mim, eu não sei como elas sabiam. Eu sei que me procuraram, eram todas oriundas da juventude estudantil católica e, todas, quadros ou áreas próximas da Ação Popular. Eu, muito gostosamente, aceitei essa cooptação da AP e passei a colaborar...

H.B. – Quer dizer que foi em São Paulo?

L.C. – Em São Paulo. Não. Mas colaborar com a AP, não era quadro da Ação Popular. Eu diria, numa linguagem que os comunistas usavam, "a uma área próxima". Mas uma área próxima muito ativa porque elas fizeram de mim candidato à congregação, representante dos alunos do primeiro ano. Cada ano – eram quatro anos de curso – tinha o seu representante na congregação, e eu ganhei a eleição contra o candidato do PC, que era Getulio Hanashiro. As meninas do Partido Comunista não eram bonitas – sofridas, de

origem proletária, etc. Tinham, todas, estudado em colégio público, mas essas pensavam e tinham uma substância muito diferente das patricinhas do *Des Oiseaux* . Mas era delas que eu gostava, não é? E ganhei essa eleição, mas perdemos o centro acadêmico para uma frente que o PCB fez com outros grupos e pessoas independentes. Ganharam o centro acadêmico de uma maneira brilhante, do ponto de vista político. O primeiro... Sim, eu ajudei, fantasiosamente, a defender o nosso centro acadêmico, que estava sendo ameaçado pela tropa da universidade Mackenzie. Bom, a Escola de Sociologia e Política estava situada, como está até hoje, na Praça General Jardim, na Vila Buarque, perto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; da Escola de Economia e Administração, também da USP; da Escola de Medicina da Santa Casa; e da universidade Mackenzie. O curso de Direito Mackenzie tinha uma tropa fascista – aqui, o fascismo eu não uso adjetivamente, mas substantivamente – e começou a depredar os centros acadêmicos das faculdades entorno, e a próxima seria a nossa. Então, dávamos plantão durante o dia e noite, cada um com um porrete. De nada adiantaria, éramos dois homens a nos revezar 24 horas para defender, bravamente, nosso centro acadêmico. [riso] E nunca fomos atacados, porque não valia a pena politicamente. Era uma faculdade de meninas. Havia, também, um curso de biblioteconomia. Portanto, dava a proporção de mulheres, no corpo docente, superior a 90%, ou talvez um pouco menos que isso, no máximo. E assim foi, não é? Mas o fato... Eu acho que o importante que, de uma certa maneira, explica a minha migração para o Rio de Janeiro, é o que os bons professores saíram. O Pastore tinha ido para os Estados Unidos, era um excelente professor, e o Geraldo Semenzato foi trabalhar num escritório da OEA. Creio que na Colômbia. Num instituto de reforma agrária ou de estudos agrários, em Bogotá. E a perspectiva de estudos no ano seguinte era péssima, os professores que nos aguardavam. Enfim, tinha lá um professor de Antropologia física, um horroroso que só pensava em medidas dos crânios e coisa desse tipo; e mudança de tamanho do cérebro, isso assim. Um padre que ensinava Antropologia, coisas assim. Realmente, a perspectiva era muito ruim. Então, o primeiro ano foi muito interessante. Uma das coisas mais marcantes, em termos que juntava política com a atividade acadêmica, foi a visita da congregação ao Florestan Fernandes.

H.B. – Foi aluno de lá.

L.C. – Não. Ele foi professor de lá.

H.B. – Mas foi aluno também.

L.C. – Ele foi aluno da USP.

H.B. – Da Escola Livre.

L.C. – Da USP.

H.B. – Da Escola Livre, da mesma turma do Darcy.

L.C. – A informação que eu tenho é essa. Mas, de todo modo, a razão por ter-nos ido lá não foi dele ser aluno, foi dele ter sido professor, não é? Antes de ser professor da cátedra de Sociologia I.

H.B. – Da USP, lá da cadeira de Sociologia.

L.C. – E foi um professor muito querido dos colegas, da administração, dos alunos, sabe? Ele fez um grande sucesso. Ele, o Florestan, era candidato a catedrático. A cátedra era do Fernando de Azevedo, Sociologia I. O Fernando de Azevedo já tinha se aposentado, e o Florestan era o catedrático substituto. Então, chegou o momento da candidatura. Ele elaborou uma fantástica tese – *A integração do negro na sociedade de classes* – e havia um competidor, cujo nome eu não sei se já soube. Já soube, mas não me lembro mais. Um competidor. A história não registra. A história que eu estou dizendo é história contada hoje, não é? Quem é essa figura. O fato é que alguém – não se sabe se o competidor ou alguém próximo a ele – denunciou o Florestan como um perigoso agitador, e ele foi preso pelo DOPS paulista, segundo uns. Num quartel do exército, segundo outros. Foi preso, isso é fato. Ficou algumas semanas preso. Houve um clamor, em São Paulo, contra a prisão dele, inclusive do jornal *O Estado de São Paulo*, onde Florestan tinha colaborado, frequentemente, durante a campanha pela LDB. O Florestan foi solto, e a congregação inteira se apertou numa Kombi para visitá-lo. Aquilo, para mim, foi uma noite memorável. Ele contando como fez a tese, mostrando o arquivo, como fazia as fichas. Eu escrevi, uma vez, num memorial, dizendo que aquele foi o meu primeiro alumbramento acadêmico, não é? Então, foi a única vez em que eu citei Bandeira também. Isso foi muito importante. Bom, houve algumas coisas, também, de indícios de informações policiais ao meu respeito, naquele momento. Eu nunca soube por que razão. Mas, juntando isso com a

perspectiva muito ruim de continuação do curso, em São Paulo, e pela eterna atração que o Rio de Janeiro exerceu...

H.B. – Você já tinha vindo antes? Já conhecia?

L.C. – Já tinha visitado, uma vez ou duas, o Rio de Janeiro. Então, havia uma atração muito forte do Rio de Janeiro. De um modo impreciso, mas irresistível. E eu consegui a transferência para cá. E para a PUC do Rio de Janeiro, que me aceitou muito bem. O curso de Ciências Sociais da FNFi estava em total decadência. A perseguição tinha sido muito forte, mesmo ao fim do governo Jango. Não pelo governo João Goulart, mas, enfim, a polícia tinha atuado; a repressão interna da faculdade também. Isso tudo fez com que eu chegasse aqui, fizesse uma visita e dissesse: "Não. Aqui não vai dar nada". Na PUC do Rio me receberam muito bem e, pronto, fiz lá três anos.

C.C. – Como é que foi o curso que você encontrou lá, comparado com o de São Paulo?

L.C. – Ah, foi *muito mais interessante,* não é? Primeiro, uma população discente totalmente distinta. A seletividade social da PUC do Rio, naquela época, era incomparavelmente superior da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Então era, enfim, talvez uma vanguarda cultural do Brasil naquela época. Em termos de costumes, em termos da linguagem... Isso era fantástico. Nós tínhamos três ou quatro cineastas no nosso grupo. Isso era uma coisa muito importante. A PUC do Rio estava localizada – como está até hoje – na Gávea, isso antes do túnel Rebouças. O túnel Rebouças modificou alguma coisa, o que facilitou a vinda dos tijucanos e tijucanas para a PUC do Rio de janeiro. Naquela época, era muito dificultado pela circulação do Rio de Janeiro, e essa era uma época em que os jovens não tinham carro. Na minha geração de estudantes, apenas uma pessoa tinha carro, o Lairzinho. Ninguém mais. Então, isso dava uma composição distinta. Uma instituição que era grande, mas, ao mesmo tempo, com relações muito primárias, muito face a face se desenvolvendo no curso. Com professores melhores, realmente, com professores melhores. Nós tínhamos um grande historiador lecionando, um jovem e grande historiador, que era o José Luiz Werneck da Silva, de quem eu fui monitor. Eu queria fazer uma pequena digressão sobre a História como disciplina acadêmica.

H.B. – Sim, sim.

L.C. – Que não fazia parte do meu histórico escolar de estudante. Eu tinha passado por ela, não dava nem notícia dessa disciplina no meu ensino médio. No entanto, na Escola de Sociologia e Política, eu encontrei um grande historiador paulista do café, que foi Odilon Nogueira de Matos, uma grande figura. Eu nunca fui aluno dele, mas ele vivia na cantina e eu gostava muito da cantina também. Durante as aulas, fora das aulas, etc. Eu gostava muito da cantina. E ele era um grande prosador. Quando eu me mudei para o Rio de Janeiro, eu vim no carro dele. Ele vinha para o Rio, também, e me deu uma carona. Eu trouxe meu violão, uma mala e viemos conversando sobre o café pelo Vale do Paraíba paulista e, depois, fluminense. Ele contando a história dele. Então, aquilo foi importante para mim. E, depois, eu fui monitor do Werneck, o José Luiz Werneck da Silva, na disciplina História social do Brasil. Fui aluno dele e, depois, monitor. Talvez um ano só, mas foi, para mim, muito importante. Então, esse, eu menciono em primeiro lugar, mas havia grandes professores de sociologia. Um padre...

H.B. – O padre Vaz...

L.C. – Não. O padre Ozanam. Já não me lembro do sobrenome. Hoje, ele é professor num *college* do Canadá. Já não é padre. Era uma pessoa muito liberal, do ponto de vista cultural. Era o grande rival de outro padre, também sociólogo, que era o Ávila.

H.B. – Padre Ávila!

L.C. – Entendeu? Um de centro-esquerda e outro de centro-direita, e eu tinha um bom contato com os dois. Um contato muito próximo com os dois. Ao mesmo tempo próximo, mas que não impedia a existência de conflitos com ambos. Um professor importante, naquela época, era o Cândido Mendes. Era um bom professor. A Aspásia foi nossa professora de Ciência Política, substituindo alguém. Já não me lembro quem.

C.C. – Acho que o próprio Cândido talvez.

H.B. – O próprio Cândido talvez.

L.C. – Talvez o próprio Cândido, não é?

C.C. – Ela, pelo menos, foi o que disse na entrevista da semana passada.

L.C. – [riso] Cabia bem. Exato. Acho que foi isso mesmo. Bom, Lais Mousinho Guidi e Diégues, na Antropologia; e não me disseram nada. Eu passei por eles. E havia uma figura fantástica, que foi Sérgio Lemos, um jovem professor. Recém desembarcado da França que lecionou, durante algum tempo, sociologia da vida cotidiana. Então, foi muito importante, para mim, nessa formação. Eu vou fazer outra pequena digressão, que é a questão da estatística. Talvez, pela minha origem da Física e alguma matemática, mesmo não gostando e resistindo daquela matematização toda da física experimental, que eu não gostava, eu tive alguma facilidade de digerir bastante bem a estatística descritiva que eu aprendi em São Paulo com um professor espanhol, cujo nome não me lembro.

H.B. – Já na PUC?

L.C. – Não, em São Paulo.

H.B. – Ah, lá, em São Paulo?

L.C. – Em São Paulo, na Escola de Sociologia e Política. E aqui, no Rio de Janeiro, como aluno de um professor maranhense, Raimundo... Bom, um nome muito comum para maranhenses. Além de Ribamar, talvez Raimundo seja o mais frequente, depois. E trabalhava... Era um técnico do Instituto de Resseguros do Brasil, e um fantástico professor de estatística. Eu aprendi bastante estatística inferencial com ele, e isso foi muito útil para mim, extremamente útil. Depois, na vida profissional que desenvolvi, talvez, precocemente a partir do meu terceiro ano de faculdade. Então isso foi bastante bom e aprendi, também, rudimentos de processamento de dados – que, hoje, soa como uma coisa, assim, jurássica, usando cartões IBM perfurados e aquelas coisas todas e tal. E aprendi com um técnico da IBM, que ia lecionar uma disciplina, talvez eletiva desse curso. Isso foi bastante útil para mim porque, no terceiro ano, o meu pai faleceu. Um desastre. Eu, que era mantido no Rio de Janeiro, ia jantar no Lamas, quando recebia a minha mesada, a situação mudou bastante. Eu passei a ter que mandar algum para São Paulo. Não retornei para lá, mas tinha que mandar algum. E, aí, tinha que batalhar. E consegui indicações muito interessantes de professores para pequenos trabalhos na área de pesquisa, não sociológica, social – pequenos *surveys* – e eu me saí bastante bem com isso. E essa

experiência me facilitou trabalhar no escritório de José Arthur Rios, indicado, de um lado, por Otávio Velho e de outro lado, por um sociólogo que trabalhava no próprio escritório, cujo nome me escapa nesse momento. Me conheciam e indicaram. Eu trabalhei durante uns dois anos. Também pesquisa social, não sociológica, usando aquele conhecimento mais tecnológico do que científico, não é? De pesquisas sociais, desenhar amostras, correlações...

H.B. – Mas eu queria voltar, um pouquinho, porque você já está no terceiro ano. Quando você vem para a PUC, o ambiente político na PUC, também, era inflamado, ou não?

L.C. – *Inflamado*. Claro, porque aí nós já estávamos em 1965. E 1965 foi importante por duas razões: em primeiro lugar, a tentativa que foi muito fluminense – talvez, mais carioca do que fluminense – de reestabelecer a União Nacional dos Estudantes. Tinha sido fechada pela ditadura e as lideranças se exilaram. Mas havia um dispositivo, no estatuto da UNE daquela época: é que a instância – eu não sei se superior ou substituta da assembleia – era chamado o conselho de representantes. Ou seja, os presidentes de DCEs. E, naquela época, a UNE podia fazer isso porque eram muito poucas as universidades, no Brasil. Hoje, seria impossível fazer tal coisa. Então, a reunião dos presidentes dos DCEs podia definir as situações de poder vagas e entre outras coisas. E foi essa iniciativa de um presidente de DCE do Rio de Janeiro, chamado Alberto Abissamara. Depois, virou um deputado do PMDB,[1] não é? Uma iniciativa para reconstituir a UNE a partir daí. Isso foi feito com os presidentes dos DCEs aqui, das áreas próximas – deu uma meia dúzia de universidades. Reconstituíram a União Nacional do Estudantes; ele foi eleito presidente da UNE, num mandato tampão, não é? E com o propósito de convocar o congresso nacional dos estudantes para julho de 1965. Isso foi feito, em São Paulo. Foi o último congresso... Foi o primeiro congresso legal depois do golpe e o último, antes da transição para a democracia. [riso] Porque os outros foram clandestinos, não é?

H.B. – É. Ibiúna...

[1] O entrevistado se refere ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

L.C. – Ibinúna; antes disso, em Belo Horizonte, também foi clandestina, etc. Eu ajudei na organização desse congresso. A minha participação, nessa organização, foi a minha entrada na AP como quadro. Num partido político clandestino. Eu era de uma área muito próxima e acabei adentrando na *organização*, como chamávamos. Então, organizamos os diretórios acadêmicos para que enviassem representantes a esse congresso. Nós fomos a esse congresso... Bom, as pessoas que organizaram esse congresso são muito interessantes, uma delas é foi Wellington Moreira Franco... Que hoje, têm outras trajetórias políticas. Hoje e ontem, não é? Mas lá, naquele tempo, era um dos nossos, não é? Organizamos esse congresso em São Paulo; eu participei ativamente da organização dele, na comissão de relações internacionais da UNE. Isso era a época da guerra do Vietnã se acelerando, portanto, algo importante. Elegemos um presidente da UNE, que foi o Travassos. E, na volta para o Rio de Janeiro, eu me vi candidato a presidente do nosso centro acadêmico de Sociologia e Política da PUC do Rio de Janeiro; e esse é um dado muito interessante porque é um exemplo de suicídio político consciente, do qual eu fui protagonista. Se vocês acharem que isso é uma autocrítica, não estão enganados. [riso] Porque a proposta que saiu da Ação Popular para a UNE, conquistada por ela – conquistada por ela, não era nenhuma frente – e, portanto, virou a proposta da entidade, a resolução da entidade, era de não colaboração com a política do governo em espécie alguma. Portanto, não aceitaríamos as decorrências da Lei Suplicy, assim chamada. O ministro da educação, que conseguiu a elaboração de uma lei que o Congresso, já bastante caçado, aprovou e significava que os centros acadêmicos cederiam o lugar a diretórios acadêmicos – isso não era apenas uma mudança de nomenclatura – que tinham finalidades muito mais restritas e participações, também, mais limitadas. Os estudantes não podiam ser reprovados, o voto era obrigatório... Coisas desse tipo, não é? E, então, nós dissemos: "Nós não vamos colaborar." Por outro lado, nós tínhamos que fazer uma campanha porque, senão, os *solidaristas cristãos* iriam assumir o nosso centro acadêmico. Eles eram, apenas, meia dúzia, mas se nós não votássemos e não participássemos, eles iam conseguir. Então, montamos uma chapa importante e se inscreveu. Diante daquela chapa, os solidaristas cristãos – havia uma organização que chamava Movimento Solidarista Universitário.Então eles nem se inscreveram. A chapa era eu como presidente; Sidney Miller como vice; Ana Clara Torres Ribeiro como secretária, eu creio; e mais algumas pessoas. Essa chapa seria imbatível. Mas como conciliar...

H.B. – E o PC, não tinha? Era a AP e esses solidaristas?

L.C. – E os solidaristas. O PC, nesse momento político, era inexistente. Ou, talvez, fosse tão secreto que ninguém sabia. Estou dizendo da Escola de Sociologia e Política, ao contrário da Engenharia. Na Engenharia, o PC – aí o PCB – era bastante forte, mas lá, na Sociologia, era assim que se passava, não é? Então o que fizemos? Combinamos que, um minuto antes do término do prazo, eu retiraria a chapa e foi o que aconteceu. Retirei a inscrição da chapa. E foi um pandemônio porque o diretor da faculdade, o padre Ávila, embora solidarista, vivendo aquelas contradições da sua vida, dizia: "Mas vocês não podem fazer isso, vocês vão perder o centro acadêmico com mimeógrafo, telefone, espaço, arquivos, legitimidade. Vocês não podem fazer isso!" "Faremos, não compactuaremos com essa ditadura." "Mas eu atraso o relógio." Ele atrasou o relógio.

H.B. – Para pensar?

L.C. – "Olha, não é ainda meio dia." "Não, não faremos." E assim foi feito, lacrou o centro acadêmico. E o centro acadêmico ficou uns dois anos sem direção. Foi um atraso político tremendo para recuperar esse tipo de coisa.

H.B. – Não havia nenhuma previsão de que nessa ausência outro pudesse assumir? Nada?

L.C. – Não, porque gerou-se uma situação de anomia, não é? De anomia. Até porque a AP continuava insistindo na não participação. "Diretórios livres." "Os centros acadêmicos livres." Só que não havia força política para o exercício prático dessa liberdade. Liberdade exige organização, não é? Aliás, muito mais do que a vida democrática, quando burocratizada nos seus órgãos institucionais.

H.B. – Quer dizer que os dois últimos anos da graduação não tinha mais essa representação, não é? Que você ficou ali?

L.C. – Não tinha.

C.C. – Mas, ao mesmo tempo, você começou a trabalhar também. Deve ter ficado com o tempo mais curto.

L.C. – Exatamente. Então, aí o que aconteceu? A densidade de estudos diminuiu, o trabalho de pesquisa social aumentou e a inserção política clandestina também. Foi, mais ou menos, essa a equação que se montou. Ao fim desse curso – a minha turma terminou em 1967 – eu fui selecionado, por Gláucio Soares, que foi mencionado na nossa conversa preliminar, para o mestrado na ELAS – Escola Latino-americana de Sociologia – em Santiago. Ela era a antecessora da FLACSO. Então, dois brasileiros foram selecionados, ou pelo menos do Rio, não sei se foi o Brasil inteiro, só dois do Rio. O primeiro lugar foi Ayrton Fausto. O segundo lugar fui eu. Tinha bolsa e eu desisti por causa de mulher. Mais uma vez, não é? Eu estava noivo, a minha noiva tinha uma prática na psicanálise e estava em formação e, então, isso não é uma coisa que se transfere de uma cidade para outra etc. Eu preferi a Estela do que a ELAS, não é? Ela do que ELAS. [riso]

C.C. – Qual era a perspectiva para um jovem sociólogo recém-formado, no final de 1967/1968? Quais eram as opções?

L.C. – As expectativas eram, primeiro, uma expectativa bem fantasiosa, para aquela época, que era trabalhar em planejamento governamental. Isso era uma coisa que existia, era uma expectativa inercial. Isso tinha a ver com o desenvolvimentismo da época Goulart. Essa era uma via. Tinha uma outra via que era carreira acadêmica, que muitas vezes tinha projeção para o exterior. Alguns de nós foram para o exterior. Eu acabei não indo por essa razão. Uma expectativa mais baixa, que era o magistério secundário. Algumas pessoas fizeram licenciatura, eu jamais... Eu dizia: "eu jamais vou ser professor na minha vida." E acabei sendo, praticamente, toda ela. Mas essa era uma expectativa. A pesquisa social em que eu trabalhei muito foi sempre considerada, por mim e pelos colegas mais *engagés* na vida como sociólogo, como alguma a coisa menor.

C.C. – Um ganha pão?

L.C. – Um ganha pão. Uma coisa imediata que, de repente, era preciso esconder no currículo. Mas foi por experiência aí, que eu entrei na vida acadêmica. Interessante.

H.B. – É. Porque eu queria saber isso. Como é que você foi parar na educação? Porque já, no mestrado... E era um mestrado que não havia tantos programas, não é? Também, de pós-graduação. Onde é que nasceu isso? Da pesquisa social? Você acha?

L.C. – Não... Bom, diretamente não, mas indiretamente sim. Por que razão? José Arthur Rios tinha um escritório no Rio de Janeiro de pesquisa social. Ele se declarava herdeiro ideológico do padre Lebret, que era um sociólogo de esquerda e padre católico, ligado aos padres operários, na França, e a pesquisa social era uma maneira de evidenciar os grandes conflitos. Alguma coisa muito interessante... Pré-conciliar e conciliar da igreja católica. Mas não tinha nada disso, era apenas uma plaquinha na porta "Economia e Sociedade" – era a legenda do padre Lebret. Mas o principal é que ele era assessor do Senado Federal e também um quadro próximo dos americanos da USAID – *United States Agency for International Development*. Então, por essas duas vias – não pela terceira que eu citei em primeiro lugar, da economia e sociedade, isso era apenas legitimação – pelos americanos e pelo Senado, ele recebia várias encomendas de levantamentos, de diversos levantamentos. Alguns deles interessantes. Eu dirigi pesquisas de campo interessantes. Uma delas, que foi de grande importância para mim e, talvez, para a política educacional no Brasil, foi sobre a Cruzada ABC – Ação Básica Cristã – no Nordeste, Pernambuco e Paraíba. O que aconteceu? Com o golpe de 1964 e a repressão, o movimento de educação de base da esquerda da igreja católica se retraiu e o vácuo político foi ocupado pelos presbiterianos do Nordeste. Ação Básica Cristã, era esse o nome. Também alfabetização de adultos em moldes diferentes daqueles. E se expandiu muito, se expandiu por toda a faixa litorânea do Brasil e chegou até ao Rio de Janeiro. Alguns anos depois, até São Gonçalo; e, depois, refluiu. Aí, eu já não conheço as causas do refluxo. E acontece que os americanos dessa Ação Básica Cristã buscaram o financiamento da USAID. Porque, antes, tinha o financiamento apenas de governos locais e da própria igreja presbiteriana. Isso era pouco para financiar a expansão. A USAID disse: "Muito bem, precisamos da avaliação por um grupo independente." O grupo independente era o José Arthur Rios, ligado à sua própria área. E quem executou a pesquisa social fui eu. Ou seja, quem organizou; quem juntou estatísticos; quem montou a equipe no Nordeste, etc. Claro que gente do movimento estudantil que aplicou os questionários e coisa desse tipo, usando até técnicas de estatísticas pouco comum na época como: amostra por conglomerados e umas coisas assim. Foi extremamente interessante. Quando os americanos desse movimento de alfabetização se deram conta do teor dos questionários, das observações que fazíamos e das perguntas, eles mandaram uma tropa de sociólogos e estatísticos para derrubar a equipe. O Rios, dono do escritório, não entendia nada daquilo – de correlação, amostragem e esse negócio – e eu tive que me defrontar com aquela gente lá em Recife. E consegui salvar a pesquisa. Os caras fizeram um relatório e "não, o negócio está bem arrumado,

etc." A pesquisa chegou até o fim, e a USAID negou o relatório... Renegou o financiamento.

H.B. – Ah...

L.C. – Porque nós mostrávamos coisas como falsificações das listas de presença; falsificações dos índices de evasão, se tinham diminuído... Coisas assim, não é? O financiamento não foi dado, foi uma coisa importante. Pois bem. Mas, até aí, nada. Essa era uma pesquisa isolada de outras pesquisas sociais. Era uma atrás da outra, aquela correria para ganhar dinheiro. Acontece que a PUC do Rio, onde eu tinha terminado a minha graduação, em 1967, me convidou para trabalhar em 1969. Portanto, um ano depois. Terminei ao fim de 1967; corre 1968; e virei professor universitário da PUC do Rio, em março de 1969, para a disciplina mais difícil do programa onde havia a maior rotatividade de professores, chamado *Métodos e técnicas de pesquisa*.

C.C. – Isso era no departamento de sociologia?

L.C. – Sociologia.

C.C. – Ah sim.

L.C. – O professor tinha saído para lecionar... Tinha saído para o seu doutorado e quem sabiam que lidava com essas coisas – não de métodos, mas de técnicas – era eu. Então, me indicaram e lá fui eu lecionar...

H.B. – Com a lembrança do professor Raimundo lá da Escola.

L.C. – Professor Raimundo da Escola de Sociologia e Política; do espanhol, não é? E da prática que eu adquiri na pesquisa de campo. E lá fui eu lecionar para gente que tinha sido meu colega um ano antes, não é?

C.C. – Agora, só para não passar direto. 1968, não é? Com a sua atuação política na AP e o clima de fechamento... Quer dizer, de radicalização de 1968, como é que você viveu esse ano?

L.C. – Pois é, foi o meu momento da minha saída da AP. Eu participei daquelas passeatas, na Passeata dos Cem Mil eu estava presente e tal. Mas esse era o momento da inflexão da organização, no sentido de uma perspectiva, que eu diria, mais de atuação no movimento de massa para uma atividade que oscilava entre o foquismo e o maoísmo, mais insurrecional. Eu sabia que esse negócio não ia dar certo. Sabia que não era por ali. Bom, eu conheci o interior do país. O interior do país não era insurrecional de jeito nenhum. Não era possível.

C.C. – Mas você chegou a participar desses debates dentro da AP?

L.C. – Participei perifericamente. Eu nunca fui quadro central ou dirigente da AP, mas participei da leitura e crítica de documentos sobre o foco insurrecional do Lebret e, enfim... Texto de Mao e essas coisas. Não é por aí. Além do mais eu dizia: "Nós não temos uma cultura organizacional para enfrentarmos uma atividade de tipo." Não temos essa cultura. Eu via o que estava acontecendo na hora de organizar encontros clandestinos. Bom, isso foi responsável pela morte de muita gente. Inadvertidamente. Claro que, com o tempo, esse tipo de coisa aconteceria... Essa prática iria acontecendo com os sobreviventes, não é? Com os poucos sobreviventes. Eu disse: "Essa coisa não vai dar certo." E eu saí.

C.C. – Falta de cultura organizacional em que sentido? De ser mais profissionalizado ou militarizado?

L.C. – Ser mais profissionalizado, não necessariamente militarizado. Essa era uma época em que a AP procurou, pelo menos no espaço a que eu tinha acesso, substituir essa falta de cultura organizacional para a vida clandestina, que não era se esconder na casa da prima, era uma coisa diferente disso. Substituísse por alguns quadros militares caçados. Eu cheguei a participar de um grupo de segurança que tinha lá, um oficial caçado e eu via que aquele negócio não ia dar certo. Nós, estudantes; todo mundo de classe média; todo mundo gostando de assistir aos filmes do Paissandu, não é? E dirigidos por aquele *gorila*. Isso não ia poder resultar em boa coisa. Como, de fato, não resultou, não é? E eu vi que tinha que sair da organização.

[FINAL DO ARQUIVO I]

H.B. – Eu estava te perguntando se foi traumática, a saída da AP? Ou foi difícil? Ou você podia dizer: "Eu quero sair..." e sai.

L.C. – Não. Não foi traumática. Até por causa de uma situação meio anômica da organização, não é? Ela não era uma organização com um alto nível de integração, como outras vieram a se desenvolver ao longo da luta armada. E, aí, quanto mais restritas, maior era o grau de interação. A AP não tinha passado por isso ainda. Acabou que isso só aconteceu com ela se fundiu com o PC do B, e isso é muito interessante... Eu não sei quando. E vários colegas meus entraram, muito próximos de mim, da época da PUC – eram estudantes de engenharia –, veio a ser membro do comitê central do PC do B. Isso que é uma coisa interessante, Celso, porque a AP forneceu ao PC do B os quadros que o PC do B não tinha; e o partido forneceu à AP, a cultura organizacional de um partido clandestino, que ela não tinha. Seria interessantíssimo a pesquisa nessa direção. Eu não sei dados sobre isso, mas a vivência me aponta uma coisa interessante. Muita gente do PC do B é oriunda da AP. Eu me lembro até – uma coisa eu vou dizer, apesar de estar sendo gravado –eu fui, uma vez, numa reunião do PC do B, na Câmara, como convidado. Não pelos meus antecedentes na AP, porque eles não sabiam, levaram um susto depois. Sobre temas de política educacional. Estavam lá os deputados, Aldo Arantes e gente importante do PC do B. E, aí, entramos na discussão e eu defendi posições distintas da que o partido estava defendendo e cheguei a ser afrontado nesse evento. Eu digo: "Eu vou ter problema para sair daqui." E, na hora de despedir, eu disse: "Bom, eu agradeço muito o convite. Vocês foram amáveis de me ouvir, muito bom que vocês ouçam os diferentes, etc. E eu quero aproveitar para dedicar essa minha presença, aqui, a um grande amigo e colega meu e companheiro vosso." E disse o nome dele, que era um colega meu da época da PUC do Rio, era estudante de Engenharia e, depois, migrou da AP para o PC do B. Foi membro do comitê central e, antes disso, foi plantar arroz no Maranhão, na preparação da guerrilha. Não no Araguaia, mas no sul do Maranhão. Foi preso, se safou e veio para cá. Bom, virou membro do comitê central. E morreu, em São Paulo, fazendo *jogging* no Ibirapuera. Sentiu-se mal do coração, encostou-se em uma árvore e morreu. Escorregou para o chão e lá ficou como de cócoras o dia inteiro até que fosse... Os varredores: "Esse cara está aí desde manhã." Foram lá ver e estava morto. *Rogério Lustosa*. Quando eu disse o nome do Rogério Lustosa, eu quase que recebi uma ovação. Ovação não no sentido de ovo, mas de palmas. Saí muito bem de lá e me levaram, etc. [riso]

H.B. – Se safou... [riso]

L.C. – Me safei por esse caminho. [riso]

C.C. – Você já era casado nessa época?

L.C. – Não. Eu me casei de 1968 para 1969. Então, o casamento se deu numa rejeição da pós-graduação no exterior – que era rara naquela época – na ELAS. Santiago ainda era a Suíça da América Latina, cheia de órgãos internacionais, etc. E numa rejeição da AP, não é? Eu não atribuo isso ao casamento, pelo menos a rejeição da AP, a rejeição a pós-graduação sim.

C.C. – E a entrada no mestrado em educação?

L.C. – Ah bom, essa foi uma questão muito interessante, a migração, o abraçar desse objeto. Isso é uma coisa muito interessante que tem a ver, eu acho, com duas coisas muito importantes: primeiro, a departamentalização da universidade brasileira, depois da fragmentação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Eram instituições, essas faculdades, com diferentes seções, às vezes, chamadas de departamentos – diferentes dos departamentos de hoje, ou pós 1968. Mas havia uma ligação mais intensa, pelo menos nas grandes universidades – eu estou pensando na mais importante das nossas de humanidades, que é era a Universidade de São Paulo. Então, não era problema nenhum que o catedrático de Sociologia I fosse Fernando de Azevedo – essa figura com grande trajetória na educação – nem que Florestan Fernandes e seus assistentes... O Florestan Fernandes e o outro assistente de Fernando de Azevedo, Antonio Candido, se dedicassem a temas educacionais nos seus trabalhos. Nem que os assistentes dele, Florestan – porque Antonio Candido foi para outro rumo – se dedicassem a temas educacionais, como o Luiz Pereira e a Marialice Foracchi – aqui para citar os dois mais importantes dos dois que tiveram influência grande sobre o meu trabalho. Mas, em geral, depois da fragmentação das faculdades, a departamentalização fez com que a área de educação se separasse muito das demais, especialmente de Filosofia, de Ciências Sociais e de Psicologia. Isso foi muito grave para a área de educação. Muito, muito grave, não é? Mas eu não me preocupava com isso. Isso, para mim, não tinha a menor importância.

H.B. – Não tinha a visão talvez ainda, não é? Não tinha tempo disso?

L.C. – É, o que resultou...

C.C. – Ou o grau de separação não tivesse ainda muito alargado.

H.B. – Ainda era muito recente, não é?

L.C. – Mas o que resultou, Celso, é que ampliou uma espécie de desvalorização de temas educacionais pelos sociólogos, mesmo os sociólogos sendo educadores profissionais. É muito comum sociólogo dizendo: "Vocês, educadores", dizendo para alguém que trabalha com educação, no sentido estrito. Estrito não, nominal. Numa faculdade de educação, ou num departamento de educação. Como se eles, também, não fossem professores em tempo integral e dedicação exclusiva. Pois bem, então eu comecei a lecionar métodos – na realidade, técnicas de pesquisa e não métodos – no departamento de Sociologia da PUC do Rio de Janeiro. E acho que me saí bem como professor, porque eu tinha muita experiência de trabalho de campo que eu podia citar da minha própria experiência. Quando eu citava tipos de amostragem – estratificada, simples ou conglomerada – eu podia dar experiência das pesquisas que eu participei. Não só porque eu tinha conhecimento e fazia questão de pôr no trabalho de campo – "Olha, pode ser a alternativa assim ou assado" – mas também, pela experiência, eu podia tratar delas. Então, isso eu acho que foi bem-sucedido. Até que um aluno me perguntou: "Mas por que você gosta tanto de dar exemplo de pesquisas de temas de educação?" E eu não sabia disso. Eu não me dei conta de que fazia isso. De que as pesquisas que eu mais tinha gostado, como essa que eu mencionei a pouco sobre a Cruzada ABC, no Recife, a de João Pessoa, eram pesquisas sobre temas que envolviam educação. Ou sobre estudantes universitários, etc. Coisas assim. E eu disse: "É mesmo, eu gosto delas." E nasceu daí a vontade de lecionar sociologia da educação. E aí, Celso, é o problema. Nesse loteamento curricular que aconteceu nas nossas universidades com a fragmentação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a sociologia da educação passou para os departamentos, ou faculdades de educação. Não que tivesse que ser assim. Eu creio que passou por causa da desvalorização dos temas educacionais pelos sociólogos. Os pedagogos não tinham nenhuma força política para dizer: "*essa* disciplina é nossa; a economia da educação é nossa; a sociologia da educação é nossa." Mas como havia uma desvalorização dessa disciplina, deixa...

H.B. – Quer dizer, uma desvalorização de um lado e uma conveniência para o outro para se firmar como campo. Você tem uma combinação boa.

L.C. – As duas coisas, não é? Eu disse: "Eu quero lecionar sociologia da educação." E essa disciplina estava em outro departamento. Eu tive que pedir transferência de departamento. Isso deve ter sido em 1970, 1969 ou 1970. Eu comecei em 1969, 1970 e 1971. E fui buscar o mestrado em educação para isso, para abraçar o meu objeto.

C.C. – E no mestrado em Educação, nessa época, era comum haver teses de Sociologia?

L.C. – Não, não. Que eu saiba, a minha foi a primeira. Não, não é verdade. Não era comum. Confirmo, mas havia. Talvez, a primeira delas tenha sido de 1974, de Celso Beisiegel, na Universidade de São Paulo. Talvez essa tenha sido a mais importante delas, não é?

H.B. – E o que podia ser um mestrado em Educação em 1970?

L.C. – [riso] Uma confusão. Aquilo era uma espécie de *pout-pourri* disciplinar. Juntava-se um grupo de pessoas com graduação e mestrado, e às vezes até sem pós-graduação, em diferentes temas e montava. Eu aprendi muito pouca coisa no meu mestrado em educação. Muito pouco. E acabei desenvolvendo uma dissertação muito bem-sucedida.

H.B. – Que é uma referência.

L.C. – Como dissertação e eu acho que como resultado político de crítica à política educacional da ditadura, que é sobre a profissionalização universal e compulsória no ensino do segundo grau. Foi alguma coisa importante, eu acho.

H.B. – Naquela atmosfera de 1970, quando alteraram o ensino do segundo grau.

C.C. – Mas como é que surgiu o tema?

L.C. – Também por acaso. Eu estou falando de muitos acasos, não é? De muitos acasos, mas de fato aconteceram. Eu tinha um projeto de dissertação de mestrado que era, mais uma vez, uma tentativa de exploração estatística de um tema de análise conjuntural sociológica, se chamava alguma coisa como *A Determinação Estrutural da Escolarização na Zona Rural*. Era uma manipulação de dados estatísticos que pudessem explicar porque o município tinha uma alta taxa de escolarização e outros tinham uma baixa taxa de escolarização.

C.C. – Mas isso estava ligado, ainda, ao escritório do José Arthur Rios ou você não continuava mais?

L.C. – Não, não. Eu já tinha deixado há muito tempo isso. Estava ligado àquela formação inercial, uma facilidade de lidar e uma preferência de dados estatísticos, alguma coisa assim – exclusivamente assim. Cheguei a publicar um artigo numa revista da PUC do Rio com esse tema. E esse assunto mudou completamente numa pressão de um colega de PUC, um colega professor, para fazer uma conferência para pais e professores sobre a reforma que estava em tramitação no Conselho Federal de Educação e talvez já no Congresso. A reforma que havia de vir. Isso me levou a estudar, sem nenhuma motivação, aquele tema. Estudei, e nesse processo de estudo a que eu fui compelido, saiu dali um novo tema, que foi esse. Eu vi: "Olha, isso é alguma coisa de grande relevância. Não é o tema que eu estava tentando. Isso não tem importância primeira – tem importância sempre, mas não a importância primeira – e eu vou perseguir esse outro." E foi então que eu iniciei esse estudo sobre a transição da política educacional no que dizia respeito ao ensino profissional, do profissional para o profissionalizante. Isto é, da formação de técnicos de nível médio para uma outra maneira em que todos os estudantes do ensino de segundo grau deveriam seguir um currículo compulsoriamente profissional.

C.C. – E sobre a orientação do Cláudio de Moura Castro?

L.C. – Ah, aí é uma coisa muito interessante, não é? Porque o orientador inicial não era ele, era Durmeval Trigueiro – que era uma grande figura. Ele era, talvez... Talvez, ele viesse a ser o herdeiro intelectual e político de Anísio Teixeira. Era uma grande figura. Foi diretor do departamento de assuntos universitários do governo Jango, no fim do governo Jango. Perdeu o cargo pelo AI-5, em decorrência do AI-5, e foi trabalhar na PUC do Rio. Foi acolhido pela PUC do Rio. Ele veio a ser o melhor professor daquele curso de

mestrado. E era meu orientador. Teve um derrame cerebral, não por causa da minha dissertação, certamente.

H.B. – Acho que não. [riso]

L.C. – Veio a ter um derrame cerebral, e isso foi gravíssimo porque era a grande figura daquele programa. A promessa de reorientação de todo o curso, em função de uma orientação mais consistente em termos acadêmicos; de um comprometimento político, não partidário e não baseado nos slogans, mas divisões de longo prazo pela democracia... E eu fiquei impossibilitado. Então, qual era a solução que eu tinha? Ou era o que eu dizia: "Ou a freira espanhola" – que coordenava o programa e que estava disponível para orientar, uma franquista –, "ou um economista brasileiro recém desembarcado dos Estados Unidos de direita, mas, pelo menos, de uma direita moderna". E, também, o fato de ser homem. Então, era mais fácil brigar, mandar para certos lugares, etc. Como de fato aconteceu. Ele assumiu, com satisfação, a minha orientação porque eu também não era um aluno qualquer. Já era um professor da universidade, um cara com certo trânsito nas áreas acadêmicas. E eu não gostei nada, mas era a maneira de enfrentar essa situação. Foi uma situação acadêmica extremamente conflituosa. Extremamente conflituosa! A negociação de citações e de formulações foi até o último dia e foi até o momento da defesa. Foi muito brabo. Na hora da composição da banca, ele convidou um outro economista norte-americano – não de resocialização dos Estados Unidos como ele próprio, mas norte-americano de nascimento – Frank Taylor, que era do grupo da Fundação Ford e da USAID, no Brasil. E eu disse: "Olha, tem que ter alguém mais arejado do que vocês dois na banca, não pode ser assim." Ele sugeriu um outro nome e eu disse: "Não, esse eu veto." E acabou sendo o Zacarias Sá Carvalho. Era um economista, consultor de empresas, um coautor do primeiro estudo sobre bolsistas brasileiros de pós-graduação, o primeiro grande estudo encomendado pela CAPES sobre essa questão, não é? Não que ele fosse de uma orientação totalmente diferente porque ele era, como o Cláudio Castro, adepto da teoria do capital humano, por exemplo. Mas, pelo menos, ele não gostava de jovens tecnocratas. Então, por transitividade, isso me beneficiaria. Portanto, ficamos dois a dois durante a defesa e foi pau puro. Mas foi aprovado, felizmente.

H.B. – E é interessante porque mestrado, nessa época, durava quatro anos. Eram pesquisas muito diferentes, não é?

L.C. – Talvez, aquela dissertação, atualmente, fosse considerada uma tese de doutorado, não é? Sem nenhuma autocelebração.

H.B. – Não, mas certamente.

L.C. – Eram valores distintos dessa situação.

C.C. – E, pouco depois, você saiu da PUC para aqui, para FGV?

L.C. – Foi. Pois é.

C.C. – Em 1974?

L.C. – A minha colaboração com a FGV é muito interessante. Foi em dois momentos distintos. E começou por um órgão que já não existe, o CETRHU, o Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, que era dirigido por Joaquim Faria Góes Filho. Isso é uma coisa interessante sobre a Fundação Getulio Vargas – talvez não exista mais hoje, talvez – é que a Fundação era uma instituição que vivia da ambiguidade público/privada, se nutria da ambiguidade. E uma maneira dela conseguir alimentar essa ambiguidade, era abrigar pessoas importantes aposentadas do governo aqui e criava órgãos para ela. Um deles foi Joaquim Faria Góes Filho. Ele era tanto da USAID – um quadro da USAID, dos comitês da USAID – quanto um dos criadores do SENAI e foi criado o CETRHU para ele, que era um órgão que funcionava aqui, no sétimo andar, muito pequeno. Também fazia pesquisas sociais: levantamento de egressos, coisas desse tipo. E eu tinha qualificação para trabalhar nisso por tudo que eu já disse até hoje. Então, eu vinha trabalhar nesse grupo, não é?

C.C. – Mas por que a opção de sair da PUC e vir para a Fundação?

L.C. – Na realidade, não foi uma opção. Eu fui forçado a isso porque a PUC sofreu uma grave... Sim, eu vivi... A primeira transição, Celso, foi do escritório do Arthur Rios para a PUC do Rio. Isso, eu quis fazer. Aquele escritório era insuficiente, era apenas um lugar para ganhar algum dinheiro. Claro que eu me beneficiava também da experiência de pesquisa social como eu já contei. Mas, tão logo, houve a oportunidade de ficar, em tempo integral, no departamento de educação da PUC do Rio e eu aproveitei essa oportunidade.

Havia poucas pessoas nessa situação. Fiquei alguns anos aí, talvez uns oito anos, não sei. Mas acontece que a PUC sofreu uma grave crise financeira e teve que cortar carga horária. Então eu tive que procurar um outro lugar. A Fundação Getulio Vargas foi uma alternativa nesse momento. Interessante é que do CETRHU nasceu um outro órgão da Fundação, que já não existe mais, que é o IESAE – Instituto de Estudos Avançados em Educação. Esse IESAE, dirigido por Joaquim Faria Góes Filho, abrigou, também, um projeto do Anísio Teixeira que, nessa época, já tinha deixado o serviço público completamente, tinha deixado o Conselho Federal de Educação e tinha como grande projeto criar esse instituto. Então, Anísio Teixeira de um lado, Durmeval Trigueiro de outro e Joaquim Faria Góes Filho de outro, imaginaram essa nova instituição que iria fazer pesquisas e, atrás das pesquisas e induzido por elas, desenvolver programas de pós-graduação no sentido, no padrão norte-americano do termo, o mestrado e o doutorado. Bom, o Anísio morreu.

H.B. – Morre tragicamente.

L.C. – Tragicamente. E o IESAE teve uma outra orientação, por questões políticas imediatas, que não teve aquela elevação de propósitos que o Anísio tinha imaginado. Mas o que acontece é que o Joaquim Faria Góes era responsável por uma importante disciplina do curso de mestrado e nem sempre podia lecionar por causa dos compromissos e pedia que eu lecionasse no lugar dele. E tanto fez isso que eu o substituí. Ele ficou muito triste porque eu era o Delfim dele. Ele estava me preparando – eu não sabia disso – para eu ser o substituto dele na direção do CETRHU. Eu renunciei esse cargo, assim, de grande prestígio, na ideia dele, e fui ser professor do IESAE. Coisa que eu fiz com muito gosto. Trabalhei durante um bom tempo lá e com muito proveito acadêmico.

H.B. – Era um grupo muito interessante.

L.C. – E saí de lá para ir para UNICAMP.

C.C. – Mas nesse meio tempo você fez o doutorado também?

L.C. – Exatamente.

H.B. – Na PUC?

C.C. – Na USP.

L.C. – Na PUC.

C.C. – Perdão, na PUC de São Paulo.

L.C. – Na realidade eu tentei fazer na Universidade de São Paulo com dificuldade. Não consegui uma inserção boa na Universidade de São Paulo porque, naquela época, a inserção não era *no* programa, era *no* orientador. E eu não consegui ligações boas nesse aspecto. Havia lá uma socióloga da educação com a qual eu não me identificava em praticamente nada, que era Aparecida Jolie Gouveia. Isso no departamento de Sociologia. Eu não queria fazer uma tese orientada por ela. Eu procurei orientação de outras pessoas, não fui feliz nessa composição e acabei aproveitando a oportunidade que se desenvolveu na PUC de São Paulo, em um programa de pós-graduação em educação que estava sendo organizado por Dermeval Saviani. E foi bastante satisfatório. Valeu muito a pena.

C.C. – Veio a ser o seu orientador também?

L.C. – Veio a ser o orientador exatamente.

H.B. – E aí você migra para o tema da universidade? Você sai do ensino profissional.

L.C. – O tema da universidade que eu já tinha iniciado antes sem nenhum propósito acadêmico de intitulação, eu já tinha redigido *A Universidade Temporã*, o primeiro dessa trilogia. E como tese de doutorado desenvolvi *A Universidade Crítica* e mais tarde, como uma tese de concurso titular já na Federal Fluminense, A Universidade Reformanda. E saí, então, da Fundação Getulio Vargas por perceber a crise da IESAE e busquei um trabalho na UNICAMP. Foi um período curto, mas muito interessante.

H.B. – Uma mudança de vida, uma volta a São Paulo.

L.C. – Uma volta a São Paulo. Eu tenho de décadas em décadas uma digressão, uma recidiva paulista. E que eu consigo, bravamente, superar. [riso]

C.C. – Mas passou alguns anos na UNICAMP dando aula?

L.C. – É., Isso uns três anos, não é? Foi bastante bom aquele tempo, me emociono ainda quando [retoco] na UNICAMP.

C.C. – Bom, aí depois de novo voltou, agora quer dizer, para a UFF[2]? Mas o que motivou essa saída da UNICAMP?

L.C. – Mulher mais uma vez. Teve um episódio de separação [riso] – não vai reescrever a biografia – mas de fato...

H.B. – Não, é uma trajetória em carne e osso.

L.C. – Foi fato esse tipo de coisa. Foi fato isso. Eu estava casado nessa época, houve um momento de separação e depois uma retomada do casamento e essa retomada do casamento implicava em pedir demissão da UNICAMP. Então até hoje eu sou a única pessoa que pediu demissão da UNICAMP. Eu era professor do quadro da UNICAMP. Foi preciso o governador – era Paulo Maluf –, mas isso não teve nada a ver com a minha decisão, a não ser com a publicação do decreto, exonerando a pedidos o professor fulano de tal da categoria – como é que se chama? – RDIDP, da UNICAMP. Ninguém pede demissão da UNICAMP. [riso] Eu fiz isso por essas razões que eu mencionei e a volta ao Rio foi pela via da Universidade Federal Fluminense, onde, algum tempo depois do retorno, eu prestei concurso para professor titular de sociologia da educação. E a minha tese de concurso foi o que veio ser publicado depois como *A Universidade Reformanda*, já sobre o desenvolvimento do ensino superior e da universidade imediatamente após o golpe de 1964, 1964/1968, nesse importante período.

H.B. – Mas você vem para a federal em 1997?

L.C. – É.

H.B. – Deixa a UFF um pouco antes?

[2] O entrevistado se refere à Universidade Federal Fluminense.

L.C. – Deixo a UFF um pouco antes.

H.B. – Tem um intervalo aí? Por que você deixou?

L.C. – Eu tive a certeza que a minha vida acadêmica tinha terminado.

C.C – Por quê?

L.C. – Porque eu não tinha mais nada a ver com universidade. Muito desgostoso com as práticas da pequena política, das estreitezas departamentais, porque eu já não tinha muito a ver com isso. Eu tinha que fazer uma outra coisa. Eu queria continuar a pesquisa em outros níveis, em outra perspectiva que fosse mais *escoimada* da burocracia acadêmica, da mesquinharia departamental, não é? E eu estava totalmente enganado. Eu não aguentei ficar fora da universidade e quando surgiu a oportunidade de concurso, na UFRJ, eu me candidatei.

H.B. – Mas, quer dizer, esse tempo...

C.C. – [inaudível]

H.B. – Ah, desculpa. Essa saída da UFF foi como a de Campinas? Você pediu para sair também?

L.C. – Na realidade, eu me aposentei de uma forma precária, não como docente. Eu juntei em um mesmo processo toda a minha vida funcional do setor privado, juntei licença prêmio não tirada, esse tipo de coisa e tive uma aposentadoria precária.

H.B. – Então quando apareceu a chance da universidade, você estava, de fato, já desligado?

L.C. – Já estava desligado, não é?!

C.C. – Agora, nesse período, teve alguns anos entre a saída da Fluminense e a entrada na UFRJ?

L.C. – Sim.

C.C. – Você fez o quê?

L.C. – Eu fiz mais uma pesquisa social. E aí foi por razões financeiras de um lado e de outro lado a vontade de retomar um objeto sobre o qual eu tinha trabalhado durante muito tempo de uma forma menos sistemática do que sobre a universidade, que foi a educação profissional sobre trabalhadores diretos. A consultoria foi para o SENAI. Veja que coisa: o SENAI e o Departamento Nacional tinham feito uma grande pesquisa de âmbito nacional sobre a própria instituição. Uma pesquisa totalmente caótica, com gente que não dominava minimamente as técnicas de investigação social e se depararam com uma quantidade imensa de entrevista e questionários aplicados e não sabiam o que fazer com aquilo. E pediam, portanto, um milagre. E o santo fui eu. Me contrataram para debulhar, para digerir aquele material todo. E eu achei uma oportunidade fantástica porque veja, Celso, eu já tinha tratado...

H.B. – Você tinha um investimento anterior.

L.C. – Longo investimento anterior com a educação profissional no CETRHU. Porque no CETRHU não era apenas um ex-dirigente do SENAI e importante fundador do SENAI, o Joaquim Faria Góes Filho, era também Roberto Hermeto Correia da Costa. Tinha sido o diretor geral do SENAI, tinha sido diretor do SENAI em Minas Gerais. Era um engenheiro com experiência na educação profissional. Eu acho que ele chegou um tempo a ter até a atividade de direção da própria Fundação Getulio Vargas.

H.B. – Sim, sim.

C.C. – Foi superintendente ou superintende geral, não me lembro. Ele que assinou minha contratação.

L.C. – Deve ter sucedido ao Dardeau, o famoso Dardeau Vieira, o primeiro aprovado em um concurso do DASP, o DASP do Estado Novo, foi o Dardeau Vieira. Tenho lembranças terríveis de lidar com ele porque hoje, em retrospecto, eu vejo o treinamento a que fui submetido pelo Joaquim Faria Góes para ser o substituto dele, que implicava em lidar com o superintendente. E era terrível, não é? Lembranças que eu não

gosto de ter, vou suprimi-las já. Mas então Roberto Hermeto, eu aprendi muito com ele principalmente ensino técnico de ensino médio. Já tinha feito a minha dissertação de mestrado sobre esse tópico e agora retornando ao SENAI numa visão privilegiada a partir desse levantamento caótico, não é? Se isso foi, eu não digo ruim, mas pelo menos pouco útil para o SENAI, para mim foi fantástico porque eu viajei para várias unidades do SENAI. Fiquei conhecendo aspectos, para mim, completamente desconhecidos dessa instituição a ponto de me facilitar a elaboração de uma outra trilogia, sobre a educação profissional. Que foi a confluência da minha dissertação de mestrado dessa consultoria, dos estudos que eu havia feito aqui, no CETRHU, e de coisas que eu havia feito fora de instituições durante esse tempo.

H.B. – Você acha que pode haver uma experiência de enriquecimento mútuo combinar a pesquisa com a consultoria; a consultoria com a atividade acadêmica? Você fez isso nesse momento?

L.C. – Eu acho que eu consegui fazer. Eu acho que eu consegui fazer sim, não com tudo da consultoria, mas com muitas coisas dela sim. Eu acho que essa minha trajetória pode ser vista desse ponto de vista, de uma interação virtuosa entre essas coisas. Porque eu também consegui rejeitar convites e possibilidades que me foram oferecidas e que eu não considerava interessante do ponto de vista acadêmico ou pelo menos de uma ética de trabalho. Eu não fiz consultoria para ganhar dinheiro a grandes custos pessoais, éticos ou acadêmicos. Isso não, realmente não.

H.B. – Luiz Antonio, você hoje é muito associado, com muita razão, você hoje tem um núcleo no laboratório que trata de ensino religioso, esse é um campo importante de reflexão sua. Você pode nos contar um pouco como apareceu? Como é que...

L.C. – Isso foi aparecer... A questão, qual é a questão? A questão da laicidade do Estado. Essa é que é a questão. Ela foi aparecendo ao longo da minha pesquisa em diferentes momentos. Isso eu fui encontrar n'*A universidade temporã*, que foi escrita no fim dos anos de 1970. Em vários momentos é possível encontrar referências a essa questão, mas elas estavam todas – essas referências – de uma maneira difusamente colocadas. Até que surgiu, na UFRJ, há poucos anos uma mudança institucional importante, foi a criação de um núcleo de estudos em políticas públicas de direitos humanos, a criação de um núcleo estatutário, eu fui um dos criadores dele. É o núcleo

onde eu estou localizado hoje na UFRJ. Esse núcleo foi criado pela incorporação de alguns laboratórios, de alguns grupos de estudos previamente existentes, inclusive o que eu coordenava que se chamava LEU – Laboratório de Estudos das Universidades –, ou seja, inercial a toda essa trilogia. Estudava muito a UFRJ e estava tratando de uma comparação entre a morfologia da USP e da UFRJ. Sociologia das organizações. Quando esse núcleo foi criado à incorporação do laboratório, eu julguei inadequada para o núcleo. Estava muito difícil no propósito desse núcleo de políticas públicas em direitos humanos tratar da universidade. Estava muito difícil. E nesse momento, naquela conjuntura, eu considerei que ele deveria ser substituído por um outro, não LEU, mas o OLÉ – Observatório da Laicidade do Estado. Então um grupo de estudos – usando a nomenclatura do CNPQ – substituiu o outro. E eu creio que tenha se desenvolvido bastante bem. Nós estamos estudando, então, a laicidade do Estado, no Brasil e fora do Brasil, algumas comparações internacionais, uma documentação muito forte. E a pesquisa que eu estou fazendo hoje já não é a gênese e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil e nem a questão da dualidade entre educação profissional e educação geral, nem o trabalho manual e o trabalho intelectual, mas a dualidade entre o confessional e o laico na estrutura do Estado e especialmente no aparelho educacional. Eu tenho me dedicado a isso. E hoje a minha pesquisa é sobre isso: a débil autonomização do campo educacional diante do campo religioso. Eu estou fazendo um rastreamento – bom, eu acho que não vai ser uma trilogia, eu acho que não vai dar tempo, não é? Acho que vai ter que esperar a outra encarnação, mas, enfim, se eu não mudar de assunto, não é?

H.B. – Eu acho que não.

L.C. – Parece que a gente muda de assunto quando muda de encarnação também. [riso]

C.C. – Mas débil autonomia em que sentido?

L.C. – Sentido de fraca autonomia. Significa que, veja só, Celso, há uma reputada ONG paulista chamada *Ação Educativa* – muito boa – fez um levantamento de todos os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam de temas educacionais e verificou que quase a metade deles são de mudança de conteúdos curriculares e a maior parte desses de inclusão de conteúdos religiosos.

C.C. – Criacionismos? Esse tipo de coisa?

L.C. – Não, pior do que isso. Coisas como... Porque isso ainda tem pretensa cientificidade, ou pelo menos uma competição no campo científico nas disciplinas de Biologia, etc. Mas coisas do tipo...

H.B. – Confessionais, não é?

L.C. – Como vou lhe dizer: uma lei recém aprovada, no município de Ilhéus, em que o vereador propôs a lei que obrigava a rezar-se o padre nosso antes do início de toda aula na rede municipal. Ou o projeto de lei do deputado Marcos Feliciano, da Assembleia de Deus, que é a criação do programa "Papai do céu na escola". Ou o projeto de lei do padre Roque – *padre*, já não é evangélico, mas é padre –, em 1997, que mudou a lei de diretrizes e bases da educação nacional, no seu artigo 33, que não só suprimiu a proibição de uso de recursos públicos com ensino religioso nas escolas como determinou que o ensino religioso faz parte da formação integral do cidadão. Portanto três exemplos da debilidade desse campo educacional. Quando você compara isso com outros países, a gente percebe a enorme debilidade do campo educacional do Brasil. Então, observar isso e mapear, eu creio que é uma coisa importante até como forma de ação política, no sentido de propiciar que outras pessoas se municiem desses elementos, não é. Eu gosto muito daquela imagem do Karl, historiador, que diz que o processo histórico não é uma coisa evolutiva, ascendente, mas parece como um cortejo – ele diz procissão, pelo menos a tradução é procissão – que dá várias voltas, dobra-se sobre si mesma, etc.

H.B. – Que laicizou, não é?

L.C. – E eu acho que nessa metáfora, que é interessantíssima, nós estamos, hoje, no Brasil – não só no campo educacional não – nós estamos, nessa matéria, mais próximos do século XIX, do segundo reinado, do que da primeira república, do Estado Novo, ou da república populista. Em uma luta pela laicidade das figuras mais importantes daquela época como: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho. Essas fantásticas figuras, que lutavam pela separação entre a Igreja e o Estado. Não porque fossem a-religiosos ou ateus, nunca foram. Nenhum deles nunca foi isso. Mas a separação entre igreja e estado pelo registro civil, pelo casamento civil, não necessariamente o religioso, mas sem proibir o religioso.

C.C. – Republicanos, não é? No sentido de...

L.C. – *Republicanos*, esta é a palavra, não é? Mesmo quando fossem monarquistas como o Joaquim Nabuco. Foi monarquista sempre, não é? Embora embaixador da República em Washington. Enfim, eu creio que nós estamos próximos disso. E queria dizer, Celso, que hoje a luta pela laicidade – esse débil campo em termos de automatização – essa luta não é mais forte no campo educacional, ao contrário, é em matéria dos direitos sexuais reprodutivos. Na matéria da presença de símbolos religiosos ostensivos nos espaços públicos. A educação não está à testa desse cortejo, ao contrário, está na rabeira, não é? E se beneficia da luta das mulheres, dos gays e de todos pelos direitos sexuais reprodutivos. Mas, de todo modo, é uma coisa importante para a educação. E mais: essa presença religiosa, não só ela, mas também a presença dos militares durante o período da ditadura, mas também, hoje, a presença dos empresários como dirigentes educacionais, no sentido gramsciano do termo, é resultado dessa debilidade e aumenta a debilidade. Portanto, esse elemento...

H.B. – Você acha que essa debilidade decorre de o fato do campo educacional ser um campo sem objeto próprio? Bem definido?

L.C. – Não, não creio. Eu creio que tem dois grandes vetores na produção da debilidade: primeiro, a força da igreja católica nesse campo. Ela sempre reivindicou uma fortíssima presença aí. Em outros países da América Latina idem. O México conseguiu resistir mais a isso, Uruguai, por diferentes processos, mas o padroado deixou marcas profundas em nosso país, então a presença religiosa foi muito forte. O Estado Novo ajudou muito nisso. O Estado Novo liquidou com a maçonaria laica, com os militares positivistas laicos e favoreceu, enormemente, a organização dos militares católicos. Isso é uma coisa de *grande* importância. Eles preencheram o vácuo da esquerda militar após 1935, então isso foi de grande importância. Então o lado católico, as ditaduras sempre favoreceram isso. Pós 1964 foi acintoso esse tipo de coisa. Esse é um lado. O outro lado, o privatismo, o privatismo genérico. Isso é de grande importância, o privatismo. O Estado Novo ajudou no privatismo segurando, por exemplo, o crescimento dos ginásios deixados como espécie de reserva de mercado para a igreja católica.

H.B. – E ocupou bem.

L.C. – Mais do que isso, houve escolas oficiais, durante o Estado Novo, que foram desativadas em proveito de escolas confessionais. Aí, especificamente, escolas normais para mulheres serem professoras do setor público. Olha que interessante em termos da reprodução ideológica. Então o privatismo sempre ajudou isso. O momento, assim, importante para esse estudo foi o próprio processo de elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que a igreja católica foi uma espécie de comissão de frente – Para usar a expressão de um cortejo, agora carnavalesco – do privatismo quando os empresários, no campo educacional, precisavam de uma legitimação religiosa. Hoje eles não precisam mais disso, eles têm força política direta no Congresso Nacional e o seu discurso próprio, mas, naquela época, eles não tinham esses recursos. Precisavam da cobertura da igreja católica, portanto...

C.C. – *A ética católica e o espírito do capitalismo educacional*.

L.C. – Pois... [riso] Isso é perfeito. Eu acho que é um fantástico título, não é? Se você me permite, eu vou, provisoriamente,... [riso]

C.C. – [inaudível] O manto de ferro que usou enquanto precisava...

L.C. – Pois é, eu vou fazer um download desse fantástico título. [riso]

C.C. – A propósito disso, nas últimas décadas, no campo religioso, o crescimento das igrejas evangélicas tem sido uma marca, quer dizer, não ultrapassaram em termos quantitativos ainda os que se declaram católicos, mas são muito mais, talvez, militantes. Eu não sei...

L.C. – É verdade? [inaudível]

C.C. – Como é que isso impacta no seu objeto de estudo em questão da laicidade?

L.C. – Fantasticamente e de um modo bastante contraditório, não é?

C.C. – Sim, porque eles devem querer tirar alguns símbolos religiosos católicos?

L.C. – É verdade. E impor os seus.

C.C. - E impor os seus.

L.C. – Por exemplo: não gostam do crucifixo porque tem a figura do cristo, mas a cruz sim.

C.C. – Nem do padre nosso?

L.C. – Do padre nosso sim, querem que mantenha. Não a ave Maria. Não querem a festa de São João nem o Saci Pererê na escola – podem nem falar deles, não é? Mas, por outro lado, a leitura da bíblia é altamente valorizada. Hoje o campo religioso no Brasil é um campo de disputa. A igreja católica está fortemente empenhada na recuperação de um poder perdido. Celso, o Rio de Janeiro já não tem a maioria da população que se declara católica. Nós vamos, provavelmente, ver a confirmação disso nos dados do censo de 2010 que serão divulgados em abril de 2012. Então, isso é muito grave. A proporção dos que se declaram sem religião cresce a uma velocidade ainda maior, embora o número absoluto ainda seja pequeno, a inclinação da curva ainda é superior à do crescimento dos evangélicos. Então são mudanças muito graves no campo educacional. Ambos, católicos e evangélicos querendo acabar com os afro-brasileiros. Uns pela incorporação, outros pela satanização. Então são mudanças muito graves. O que isso impacta na questão da laicidade? De um lado, aqueles que querem acabar com ela para exercício total da dominação, por exemplo, no campo político de uma maneira geral ou no campo educacional no sentido estrito, estritamente. Aí, então, católicos todos. O Brasil acaba de assinar, há dois anos, uma concordata com o Vaticano, coisa que não fez nem no Império, onde havia a religião do Estado. Incrível! Apesar de propostas de Joaquim Nabuco nesse sentido para resolver determinados problemas econômicos com os mosteiros. Então de um lado aqueles que querem acabar com a laicidade por aí. Algumas Igrejas evangélicas, que crescem muito, querem substituir a Igreja católica na dominação política direta, mas outras Igrejas evangélicas, ao contrário, defendem a laicidade. Estão aí os metodistas, os luteranos, os presbiterianos. Pelo menos algumas lideranças no sentido de defesa da laicidade.

C.C. – Também é uma disputa no meio do campo evangélico, não é?

L.C. – Sem dúvida e provavelmente essa disputa do campo religioso que abre caminho para uma nova laicidade, diferente daquela do século XIX da maçonaria, dos positivistas e dos liberais. É uma laicidade a partir de um empate no campo político, muito mais à la *américain* do que à la *français*. Então eu creio que esse é um momento novo, uma possibilidade, não é uma predição. Eu creio que essa é uma fortíssima possibilidade para o Brasil de hoje. Não só por causa desse empate, mas porque nasce uma nova consciência laica que a gente vê em artigos de jornal, em programas de televisão, em defesas de tese. É possível chamar, hoje, no banco de teses da CAPES, várias teses a partir do descritor laicidade, coisa que há dez anos atrás não havia. Em 2006 – isso há poucos anos atrás – saiu o primeiro livro no Brasil com o título "Estado Laico", antes não havia nenhum. Então são novidades muito interessantes. O observatório da laicidade do estado permite captar e difundir essas informações.

H.B. – Não deixa de ser interessante, em uma experiência claramente republicana, você ter que readjetivar o Estado.

L.C. – Sem dúvida.

H.B. – Não é? Não deveria precisar falar estado laico.

L.C. – Claro.

H.B. – Luiz Antonio, você foi do Conselho Nacional de Educação?

L.C. – Fui.

H.B. – Isso é um momento importante inclusive de percepção do impacto de tudo isso que você está fazendo agora como reflexão de interferência no campo educacional lá porque toda legislação está lá. Você pode falar um pouco dessa experiência no Conselho?

L.C. – Pois é, é interessante isso, porque o Conselho Nacional de Educação foi criado com a configuração atual em 1995, no começo do governo FHC. Antes havia um outro Conselho *Federal* de Educação. Não foi apenas uma mudança de letras da sigla. Atribuições, composições, etc. Este conselho, o de 1995 para cá, ele é formado mediante a um processo de cooptação explícita. Antes não havia nenhuma previsão a respeito desse

tipo de coisa, podia haver cooptação implícita. Então a legislação ali que o criou em 1995 diz: "metade dos membros, o presidente da república nomeia como quiser, mas a outra metade ele tem que nomear ouvindo as entidades." O que acontece é que os presidentes da república, então isso vale para Fernando Henrique Cardoso, Lula e, provavelmente, valerá para Dilma, eles nomeiam todos ouvindo entidades. Entidades da área da educação, entidades sindicais, culturais, de diferentes composições. Conforme o presidente a amplitude é maior ou menor. E eu fui indicado por entidades, por exemplo, a SBPC, ou associações da área educacional desde a primeira fornada do conselho. Me indicam hora para a câmara de educação básica, hora para a superior, hora para as duas e nunca fui escolhido. Os ministros e presidentes tiveram lá suas razões. Mas no segundo governo Lula, em maio, portanto, em maio de 2010, eu fui nomeado pelo presidente Lula para a câmara de educação superior. Não era a minha preferência, eu preferia a câmara de educação básica, onde a questão da laicidade está mais diretamente implicada e por causa da composição da câmara que eu também conhecia, preferia. A câmara de educação superior é dominantemente um *lobby* privatista, explícito ou dissimulado. Então eu entrei fazendo uma oposição generalizada ao conselho em alguns aspectos aliado *malgré moi e malgré lui* do ministro da educação, Fernando Haddad. Por exemplo, no que dizia respeito à contenção da multiplicação dos cursos de direito; por exemplo, a multiplicação das vagas dos cursos de medicina irresponsáveis. Perdeu ele, perdi eu. Não que eu defendesse uma oposição por causa dele e nem ele por causa de mim, mas convergíamos nesse tipo de posição. Mas a maioria dos membros da câmara de educação superior eram favoráveis a uma expansão desmedida do setor privado. Eu permaneci no conselho durante um ano e pouquinho. Desenvolvendo essa intensa atividade, até que eu percebi que isso, realmente, não resultava em nada positivo e, ao contrário, resultaria em coisa positiva a minha demissão, embora ela não tivesse feito a base, bom, a fundo atirando. Nada disso. Mas no sentido de mobilizar entidades para que os indicados não fossem apenas "ah, nós temos lá um aliado nosso." Isso de nada adianta, mas em uma luta para fazer maioria no Conselho Nacional de Educação, especialmente na câmara de educação superior. É isso que importa, porque a câmara tem muito poder. A capacidade de resistência que um ministro tem contra determinados pareceres e resoluções aprovados na câmara é muito limitada, até por causa do poder de fogo do congresso. Onde tem representantes ativos, ativíssimos, do capital aplicado na área educacional especialmente agora que esse capital assume uma nova configuração, que é o da grande empresa educacional com ações na bolsa, da grande empresa educacional que controlam instituições de educação superior em diferentes estados da federação, enfim, sobre esse tipo de atividade, o Conselho Nacional de

Educação e o ministério não tem nenhuma capacidade de avaliação desses conglomerados educacionais. E não terá se não mudar radicalmente essa composição. Então eu entendi que não sendo membro do conselho, eu ficava mais a vontade para fazer esse tipo de análise do conselho e eu estou empenhado nesse tipo de coisa. Não uma análise reativa, nem rancorosa, mas uma análise social, política e histórica desse processo.

H.B. – Muito bem vinda a sua pesquisa.

[FINAL DO ARQUIVO II]

H.B. – Mas antes dessa pergunta, eu queria que você nos falasse um pouco sobre o seu trabalho de orientação. Você tem uma longa experiência já do programa de pós-graduação e muitos orientandos. Como é que... Se é uma atividade também, para você, tão prazerosa e produtiva quanto do magistério?

L.C. – Eu creio que a orientação de teses e dissertações ainda é mais prazerosa do que o magistério corrente, porque aí os temas são escolhidos em comum acordo sempre. E os procedimentos também. Então é uma atividade que eu gosto muito e, especialmente agora, talvez nessa etapa final da minha atividade acadêmica, em que eu posso escolher os temas mais do que ser escolhidos por eles. Enquanto eu trabalhava com o ensino superior de um lado e a educação técnica de outro, e o interesse pela conjuntura de política educacional de outro ainda, qualquer tema valia. E, recentemente, com a criação do Observatório da Laicidade do Estado, eu resolvi *restringir* esse tema de orientação para a socialização político-ideológica, seja na elaboração de políticas, aí cabe tanto a educação moral e cívica, quanto o ensino religioso nas escolas públicas; quanto a elaboração de política no âmbito de uma assembleia legislativa, por exemplo, de uma câmara de vereadores.

H.B. – Quanto a pesquisa sobre o Conselho Nacional.

L.C. - Quanto a pesquisa sobre o Conselho Nacional. Então a socialização – eu já não uso a expressão socialização política, mas a socialização político-ideológica, ela hoje é o tema que concentra as minhas orientações.

H.B. – E a gente pergunta sempre para os nossos entrevistados se você tivesse que mencionar um livro, um texto, um episódio que tenha marcado, especialmente, a sua formação, ou sua vida, de gosto, não precisa ser da área ou que... Não é uma pergunta muito simples, mas...

L.C. – Eu posso citar sim e talvez eu citasse um livro, dois, não é? Um foi *Educação e Desenvolvimento no Brasil*, do Roberto Moreira, de 1960, publicado pelo Centro Latino-americano de Pesquisa em Ciências Sociais, que existia no Rio de Janeiro, já não existe mais. Roberto Moreira era um sociólogo. Escreveu esse livro para americano ler, então é um livro muito chato de ler, mas o que eu gosto especialmente dele é um apêndice que se chama *Sociologia política das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Então esse capítulo desse livro, eu diria, me deu régua e compasso para a análise do processo de formulação de política para uma sociologia política com diz o título desse apêndice que está muito bem aplicado, não é? Esse foi um importante livro para mim: *Educação e Desenvolvimento no Brasil*. O outro é um de Octávio Ianni, chamado *Desenvolvimento Social no Brasil: Educação...* Como é o título? Está me escapando. O fato é que eu elaborei um livro depois que foi resultado desses dois títulos, chamado *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. E não foi apenas uma *mélange* de títulos, foi também uma mistura de influências e de inspirações. Eu creio que esses dois. E se não for demasiado eu queria citar um outro, que foi a tese de doutorado de Luiz Pereira. Um importante sociólogo brasileiro, ele foi orientado por Florestan Fernandes, de quem foi assistente na cadeira de Sociologia I, que foi *A Escola em uma área metropolitana*. Ele, professor primário, e sociólogo, assistente do Florestan, pesquisou a estrutura dessa escola e as práticas em uma perspectiva werberiana com observação participante, trabalhando lá. E se eu puder citar um quarto e não cito mais, mais é muito importante para mim é de um outro assistente de Florestan, uma assistente, Marialice Mencarini Foracchi: *O Estudante e a Formação da Sociedade Brasileira*. Esse livro foi uma inspiração muito forte para mim e até hoje é. E eu tenho encadernado e tenho uma lembrança muito forte da figura da Marialice Foracchi, apresentando a sua tese, recém defendida, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1964, quando eu era estudante lá. Pronto. Só isso.

L.C. – Que bom. Você então é um otimista com relação às Ciências Sociais?

L.C. – *Ah, mas sou.*

H.B. – O que você diria para um jovem que quer entrar?

L.C. – Vai fundo! Vai fundo. E aguenta as consequências... [riso]

H.B. – [riso] Muito obrigada. Muito bom.

C.C. – [riso] Ótimo! Muito obrigado, Luiz Antonio.

L.C. – [riso] Obrigado a vocês pela paciência.

[FIM DA 1º ENTREVISTA]

2º entrevista: 03/05/2012

Helena Bomeny – Luiz, obrigada. Eu queria que você começasse falando da sua experiência fora do Brasil, porque a gente ainda não falou dela.

Luiz Cunha – Bom, a minha geração de concluintes de curso de Ciências Sociais – no caso, Sociologia e política, especificamente, o que eu fiz – foi muito solicitado a viajar para o exterior, seja por atrações do exterior, seja por pressões internas, no que diz respeito à falta de condições de vida política e cultural no próprio país, e ao mesmo tempo, uma oferta muito generosa de bolsas nacionais e internacionais no Brasil. Essa é uma coisa importante. Porque, ao contrário das outras ditaduras militares, digamos assim, a brasileira se distinguiu de outras latino-americanas e mesmo ibéricas, porque ela foi profunda e eficazmente modernizadora no que diz respeito ao ensino superior. E um dos elementos dessa modernização foi propiciar bolsas de estudos no exterior. Então muitos colegas meus saíram e tiraram grande proveito de seus doutorados na Europa e nos Estados Unidos, predominantemente. Eu não saí para doutorado, eu permaneci no Brasil, por diferentes circunstâncias, mas o meu pós-doutorado foi feito na França, no início dos anos 1990 – isso deve ter sido 1991 ou 1992 –, quando eu consegui um ano de licença do Brasil. Eu lecionava, nessa época, na Universidade Federal Fluminense. Então, com todo o apoio institucional do Estado brasileiro, passei um ano na França junto à equipe de Sociologia da educação do CNRS, vinculada à Universidade de Paris V. Então foi de grande importância para mim. Foi o momento de tomar contato com pesquisadores franceses, de tomar contato com a bibliografia e com eventos acadêmicos de grande importância.

H.B. – E por que a França?

L.C. – A França... Bom, foi um misto de escolhas familiares: eu fui com mulher e duas filhas, elas tiveram o elemento determinante – mais uma vez, tenho que dizer isso – nessa escolha, mas, por outro lado, o conhecimento e o uso da tradição francesa na sociologia foi importante. E aí vamos de Durkheim, o grande pai – ou o avô – até Bourdieu e Passeron, já naquela época separados, mas Bourdieu acelerando e em grande produção, esse que foi, provavelmente, o maior sociólogo do século XX. Se Durkheim foi o maior do século XIX, ele foi o maior do século XX, independente do fato de terem vivido aqui e ali, mais para lá e mais para cá, em termos do fim do século cronológico. Mas esse pós-doutoramento teve mais tarde um desdobramento, dez anos depois, que foi a ocupação da cátedra brasileira na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, a cátedra de Ciências Sociais brasileira Sérgio Buarque de Holanda. Esse foi um grande empreendimento brasileiro em alguns países – na França inclusive, mas também na Grã-Bretanha, também nos Estados Unidos –, e que não tem tido o mesmo apoio de diversos governos. Ele surgiu na época do governo Fernando Henrique Cardoso, com o apoio direto do Vilmar Faria, sociólogo e alguém de uma grande visão internacional, da possibilidade da projeção nossa em outros países. E eu tive a felicidade e a honra de me candidatar a essa cátedra e a ocupei em 2000/2001, durante quatro ou cinco meses. Essa cátedra estava radicada na *Maison des Sciences de l'Homme*, aliás, mais do que na *École des Hautes Études*, apesar de coabitarem – as inter-relações eram intensas. Mas eu queria, Helena, respondendo a sua pergunta, focalizar duas experiências internacionais de efeito marcante no meu trabalho. O primeiro foi na Guiné-Bissau, em janeiro de 1976. Vale a pena falar um pouquinho dos antecedentes: a Guiné-Bissau recém-independente, com a proclamação do Estado; a Guiné-Bissau e Cabo Verde constituindo o mesmo Estado, sob a hegemonia do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), e os outros países africanos lusófonos, também – Moçambique e Angola tinham recém-proclamado o Estado, em diferentes situações geopolíticas e econômicas. Guiné e Cabo Verde, o mais pobre deles e, portanto, mais sujeito a atividades hegemônicas do tipo que o Brasil, no ocaso da ditadura, fazia, que era projetar, no sentido estratégico do termo, as suas ações sobre um pequeno país, mas que pudesse ter resultados políticos importantes. O Brasil tinha apoiado a dominação salazarista na África durante todo o tempo e agora havia um certo ressentimento das novas elites diante dessa projeção brasileira. Embora o Brasil tivesse sido um dos primeiros países a reconhecer a Angola libertada, e também Moçambique, havia um certo retraimento e

talvez, como uma espécie de movimento compensatório desse retraimento, a abertura para a pobre Guiné-Bissau. E aí atendendo a distintas demandas, inclusive a do Vaticano, que tinha interesse em manter os seus apoios nos demais países. Mas, diante do marxismo ostensivo da Frelimo em Moçambique e do pequeno, mas potencialmente grande, MPLA em Angola, o Estado mais vulnerável era justamente Guiné-Bissau. E foi, então, como resultado desses vetores que surgiu esta missão da Universidade Candido Mendes à Guiné-Bissau.

H.B. – É interessante porque isso já vai nos levando para os países de língua portuguesa.

L.C. – É isso.

H.B. – É muito curioso isso. Isso é raro para essa época, não?

L.C. – Para essa época, muito raro. A Universidade Candido Mendes tinha um pioneiro Centro de Estudos Afro-Asiáticos, e foi esse Centro que organizou a missão. Ele era dirigido pelo José Maria Nunes da Conceição e foi ele que me convidou para integrar. Eu trabalhava na Fundação Getúlio Vargas nessa época, eu creio... Não, já não. Mas tinha estado aqui, no Instituto de Estudos Avançados em Educação.

H.B. – Sim, no Iesae.

L.C. – Mas na Universidade Federal Fluminense, eu estava e fui convidado a integrar essa missão.

H.B. – E como é chegar lá?

L.C. – E convidei um mestrando. Não, eu retifico o que eu dizia. Estava, sim, no IESAE
.

H.B. – Estava ainda aqui.

L.C. – Veja, isso foi no início de 1976, e o IESAE ainda existia e eu ainda fazia parte dos quadros do IESAE. E convidei um mestrando baiano, José Oliveira Arapiraca, uma pessoa com grande experiência no ensino superior de licenciatura e da educação básica, usando a nomenclatura brasileira de hoje, início do século XXI. Você me perguntou como foi chegar...

H.B. – Como foi essa experiência?

L.C. – Foi fantástica. Mudou a minha obra. Antes da Guiné-Bissau, eu tinha algumas tendências populistas muito marcantes na minha obra e que estavam presentes, de alguma maneira, misturada a outros vetores, em um livro chamado *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, que teve 12 edições, exerceu uma certa influência, um certo apelo naquele momento, no fim do governo Médici, começo do Figueiredo, etc., generais ambos. E na Guiné-Bissau foi muito interessante porque a experiência prática da construção do Estado na Guiné mudou o meu trabalho. Quando eu cheguei, eu vi o quê? Era uma elite política formada no exterior e na própria luta guerrilheira que tratava de construir o Estado com grande apoio do Estado português, resultado da Revolução dos Cravos, colonialista até um ano e pouco antes...

H.B. – Até a véspera.

L.C. – ...até a véspera, e de muitos Estados estrangeiros interessados em ocupar aquela cabeça de ponte – estou usando uma expressão militar de propósito –, aquela cabeça de ponte no ocidente africano. O Brasil, inclusive. E rendeu frutos depois, com as construtoras, em Angola e em Moçambique. Comércio, etc. Por exemplo, a Holanda doou um liceu inteiro para a Guiné-Bissau. Construiu. O Vaticano acionou um elemento importante da sua *intelligentsia* no Brasil, Candido Mendes, para enviar essa missão, com o apoio do governo brasileiro lá. Então, nem eu era da *intelligentsia* do Vaticano, nem do governo brasileiro, mas acabei indo nesse tipo de missão, sabendo o que eu estava fazendo. E por que essa missão? A que isso interessava ao Comissariado Nacional de Educação e Cultura da Guiné? Um interesse muito específico, porque nessa época o governo português ameaçava a Guiné de retirar os professores cooperantes dos liceus, se o governo da Guiné não aceitasse arcar com a dívida do Banco da Guiné, que foi contraída para fazer a guerra contra a libertação

nacional. Algo que Portugal fez com o Brasil, só que bem-sucedidamente, há uns dois séculos antes. E era um mecanismo de chantagem: ou vocês assumem a dívida ou nós retiramos os cooperantes. Seria um colapso da educação pública urbana na Guiné. A alternativa era buscar apoio no Brasil, porque o pessoal falava português, ou pelo menos algo parecido com a língua portuguesa, não é verdade? Também havia livros disponíveis, algumas coisas...

H.B. – Então, você ia para formar professores?

L.C. – Este era o objetivo. Eles queriam o seguinte: como nós podemos, em curtíssimo prazo, formar professores, na Guiné, para o ensino secundário? Então, nós tínhamos alguma experiência bastante variada no Brasil e iríamos ver o que era possível fazer. E isso fizemos: viajamos pelo interior, entrevistamos muita gente e apresentamos um projeto para formar professores de uma maneira rápida e que tivesse um enraizamento muito forte...

H.B. – E foi implantado, Luiz?

L.C. – Não, não foi implantado, por diferentes razões. Eu quero contar um pequeno caso que é interessante, porque eu não sabia o que é ser consultor internacional, um cooperante. Eu desembarquei na Guiné com toda a adesão ideológica, afim com o movimento de libertação do povo da Guiné, como o Cabral de todas as linhas, e além de responder esta questão objetiva do governo guineense, do Comissariado Nacional de Educação e Cultura, eu me meti a fazer um relatório de moto próprio, responder a perguntas que não me foram feitas, e fiz um relatório pessoal onde criticava – com algum jeito, mas de todo modo criticava – medidas da política educacional do governo guineense. O resultado foi o pior possível, é claro. [riso] Uma delas, eu criticava: "Como é que vocês podem fazer o ensino primário em português para crianças que não falam português? Eles falam *creole*, mas português, só um pouquinho, na zona urbana. A elite fala português, mas as crianças da cidade não falam português. Então, vocês têm que fazer... A primeira alfabetização tem que ser em *creole*, e depois ensinar o português, como uma segunda língua". Nessa época, o Senegal já estava ameaçando fazer isso com o *wolof*, a alfabetização em *wolof*, a etnia dominante. Não era um *creole* senegalês. Na Guiné não dava para fazer isso porque não podia pegar a língua de uma

etnia, mas havia algo disponível e muito mais conveniente para ensinar uma língua internacional como segunda fala, o português, que era o *creole*, uma derivação de línguas guineenses com o português, sei lá, quinhentista. Enfim, essa mistura estava em vigor, e eu tomei contato com essa nova língua. Eu disse: "Olha, é isso que tem que ser feito. E outra coisa, vocês estão usando o método Paulo Freire para ensinar uma língua estrangeira, para ensinar o português. Não pode. Isso é contraditório com o método Paulo Freire". Porque tem isso. Se o Vaticano atuou via Candido Mendes... Não que nós fôssemos portadores de algum evangelho. Não era isso. O Conselho Mundial de Igrejas enviou a missão do Paulo Freire para lá e estava utilizando aquele método de fama mundial e da maior importância no século XX – Paulo Freire foi o maior pedagogo do século XX –, mas para ensinar uma língua estrangeira. Isso é totalmente contraditório com a própria filosofia do método.

H.B. – Que é mais afinado com a conscientização, com a dimensão política da revolução.

L.C. – Ou para ensinar o domínio simbólico – aí eu estou usando expressões bourdieunianas –, o domínio simbólico de uma fala da qual o destinatário tem o domínio prático. Então, nesse caso, nem havia o domínio prático e nem o rudimento do simbólico, portanto, estava condenado ao fracasso, como de fato aconteceu. Claro que aí o dirigismo cubano exerceu um papel importantíssimo no fracasso do método Paulo Freire. Não foi no próprio fracasso, no embate com a realidade, mas a mediação cubana, até onde eu entendi, foi muito importante. Então, eu vi isso, quer dizer, o que é que esse Estado, o que é que essa elite revolucionária bem-sucedida estava fazendo: usar a língua do colonizador como condição de acesso a uma cultura universal – universal mais ou menos, mas visto dali, universal –, para ultrapassar, no sentido dialético do termo, as próprias determinações culturais da dominação colonial. Isso, para mim, era uma enorme novidade. Isso, para alguém que tinha uma formação mais ou menos populista, e que estava na minha obra, propiciada a esse populismo pela reação à ditadura militar – não era alguma coisa íntima minha, ou autogerada, autoproduzida –, isso foi de grande importância. Se alguém for comparar o que eu escrevi depois de janeiro e fevereiro de 1976 com o que eu escrevi antes, vai perceber claramente essa perspectiva.

H.B. – Tem uma alteração.

L.C. – A Guiné foi a responsável por isso. Eu aprendi muito lá. Foi de grande importância. Foi talvez...

H.B. – E se manteve, esse contato com países...?

L.C. – Não, não se manteve. Porque eu saí como uma espécie de renegado, já que eu propus esse relatório. Mas mantive uma cordialidade com algumas pessoas. Uma delas...

H.B. – Mas com um interesse intelectual?

L.C. – Não. Eu diria afetivo. E uma dessas pessoas era – eu vou dizer um nome que talvez não seja exato – a coordenadora do ensino secundário do Comissariado Nacional de Educação e Cultura, Dulce Borges, uma professora de Física formada em Portugal, mas guineense. Ela veio a ser ministra da Educação. Não, comissária nacional de Educação. Nos tratávamo-nos todos de camarada. E ela veio a ser a comissária e foi presa por um golpe de Estado. E isso, eu não sei se antes ou depois da triste separação da Guiné e de Cabo Verde, que vieram a ser dois Estados, como são hoje. E Dulce, depois de presa, acabou se exilando em Portugal, e eu a encontrei, na época do meu pós-doutorado, em Paris, na Unesco, por acaso, na sede da Unesco e, mais uma vez por acaso, em Brasília, ela já quadro da Unesco e trabalhando na missão da Unesco em Brasília, onde eu suspeito que esteja nesse momento. Então, foi algo muito interessante, revê-la em Paris. E ela foi uma intérprete, não no sentido de traduzir as palavras, mas de permitir a apreensão dos grandes *enjeux*, em um simpósio, ou um congresso, ou algo assim, muito importante da Unesco sobre ensino superior a que eu assisti. Então, essa foi algo, assim, importante.

H.B. – E, Luiz, você acha importante essa conexão do Brasil? O Brasil esteve sempre muito separado dos países de língua portuguesa. Intelectualmente, nós tivemos sempre uma certa reação. A nossa formação vem sempre ou dos Estados Unidos ou da Europa, e num distanciamento razoável, que começa a ser pelo menos repensado agora. Você acha que faz sentido essa aproximação?

L.C. – Faz todo o sentido do mundo. Eu acho que um dos elementos da nossa separação, além da atração que os países centrais, os países imperialistas exerceram sobre nós, foi o fato de o salazarismo funcionar como um bloqueio. Para gente de ideias abertas, Portugal, como a Espanha também, era um lugar onde não se devia ir. Ao contrário, eles

vinham para cá. Quem lá estava de mente aberta vinha para cá, inclusive quem tentou a insurreição contra o regime salazarista, veio para cá. Depois da Revolução dos Cravos, a situação começou a mudar, tanto que hoje eu tenho contato com alguns portugueses para estudos comparativos sobre a temática que mais me atrai no momento, que é a questão da laicidade do Estado. Eu tenho um texto...

H.B. – Você tem feito essa pesquisa comparada?

L.C. – Sim. Eu tenho um texto à espera de publicação, deve sair publicado em Portugal este ano, eu espero que seja este ano, em 2012, num livro organizado por uma professora da Universidade de Lisboa, e outro, da Universidade do Minho, sobre comparações Brasil-Portugal. E eu produzi um capítulo com um colega da Universidade do Minho, José Augusto Pacheco, comparando a questão da religião e da educação moral e cívica no Estado Novo de lá e o de cá.

H.B. – Que bom!

L.C. – Então, me deu grande satisfação, produzir esse texto. Nós fizemos algumas... Pontuamos semelhanças e diferenças do Estado Novo de lá com o de cá, e eu acho que isso foi muito importante. Parcerias desse tipo podem continuar. Mas há outras parcerias que são apenas promissoras, eu suspeito. Por que razão, Helena? Eu coordeno, atualmente, o Observatório da Laicidade do Estado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem uma página disponível, um sítio disponível na Internet, o OLÉ (Observatório da Laicidade do Estado), e nós recebemos consultas de gente de outros países: da França, dos Estados Unidos e de países lusófonos, principalmente de Angola. Principalmente de Angola. Alguns de Moçambique, também, e de Portugal, também. Mas é muito interessante que gente de Angola tem consultado a nossa página. O que haverá de interessante para compararmos em Angola? Eu não sei. Que de interessante haverá com Moçambique? Eu soube, num contato muito rápido com um colega moçambicano em um seminário na França, que Moçambique, depois da hegemonia da FRELIMO, estava com uma área de disputa de grupos religiosos: de um lado, os católicos; de outro lado, fundações evangélicas norte-americanas; e de outro lado, os muçulmanos da Arábia Saudita. Cada um queria montar a sua universidade, para exercer a hegemonia sobre um dos países mais pobres da África. Então, eu creio que há talvez elementos

para nós compararmos as vicissitudes da questão da construção da laicidade do Estado de um lado e do outro do Atlântico Sul.

H.B. – Que interessante, Luiz. Tem uma pergunta que nós sempre fazemos aos nossos entrevistados: se você tivesse que falar de um livro, um texto, uma referência que tenha sido fundamental na sua trajetória... É difícil escolher um, mas, enfim, você fique à vontade para...

L.C. – Não, eu vou dizer um, que, aliás, não é um livro inteiro, mas é o anexo de um livro. Olha só que coisa pequena, no tamanho físico, não é?

H.B. – E definitiva.

L.C. – Pois é. O livro se chama *Educação e desenvolvimento no Brasil*, de Roberto Moreira. Foi um renovador da educação brasileira e que, lamentavelmente, no entorno da luta contra as reformas políticas do governo João Goulart, ele optou pelo lado golpista. Ele veio a ser um dos intelectuais do Ipes (Instituto de Estudos Políticos e Sociais) e acabou, com isso. O golpismo venceu e ele acabou. Mas o Roberto Moreira que eu frisei é de antes. Ele publicou um livro em 1960 ou 1961 pelo Clapcs (Centro Latino-Americano de Pesquisas e Ciências Sociais), que era um órgão da Unesco com sede no Rio de Janeiro, publicou esse livro, *Educação e desenvolvimento no Brasil*. O livro não é bom, porque ele foi escrito na Universidade de Chicago para americano ler, explicando para o americano a formação do Brasil e a educação no Brasil. Esse livro não me diz nada. Mas ele tem um anexo chamado *Sociologia política da Lei de Diretrizes e Bases*, que estava justamente sendo aprovada pelo Congresso Nacional e indo à sanção do presidente João Goulart. Este trabalho é da melhor qualidade e eu acho que ele me deu régua e compasso para a análise política da educação brasileira, para a sociologia política da educação brasileira. Então, veja só, um capítulo de um livro ruim, mas que despertou uma vocação de análise da educação brasileira.

H.B. – [**Permanente**].

L.C. – Sim.

H.B. – Que bom! Alguma coisa, Gabriela?

G.M. – Não.

H.B. – E você? Quer acrescentar?

L.C. – Não. Acho que está bem. Acho que até já falei demais.

H.B. – Não, não falou demais. Muito obrigada, Luiz. Que legal! Que bom!

[FIM DO DEPOIMENTO]